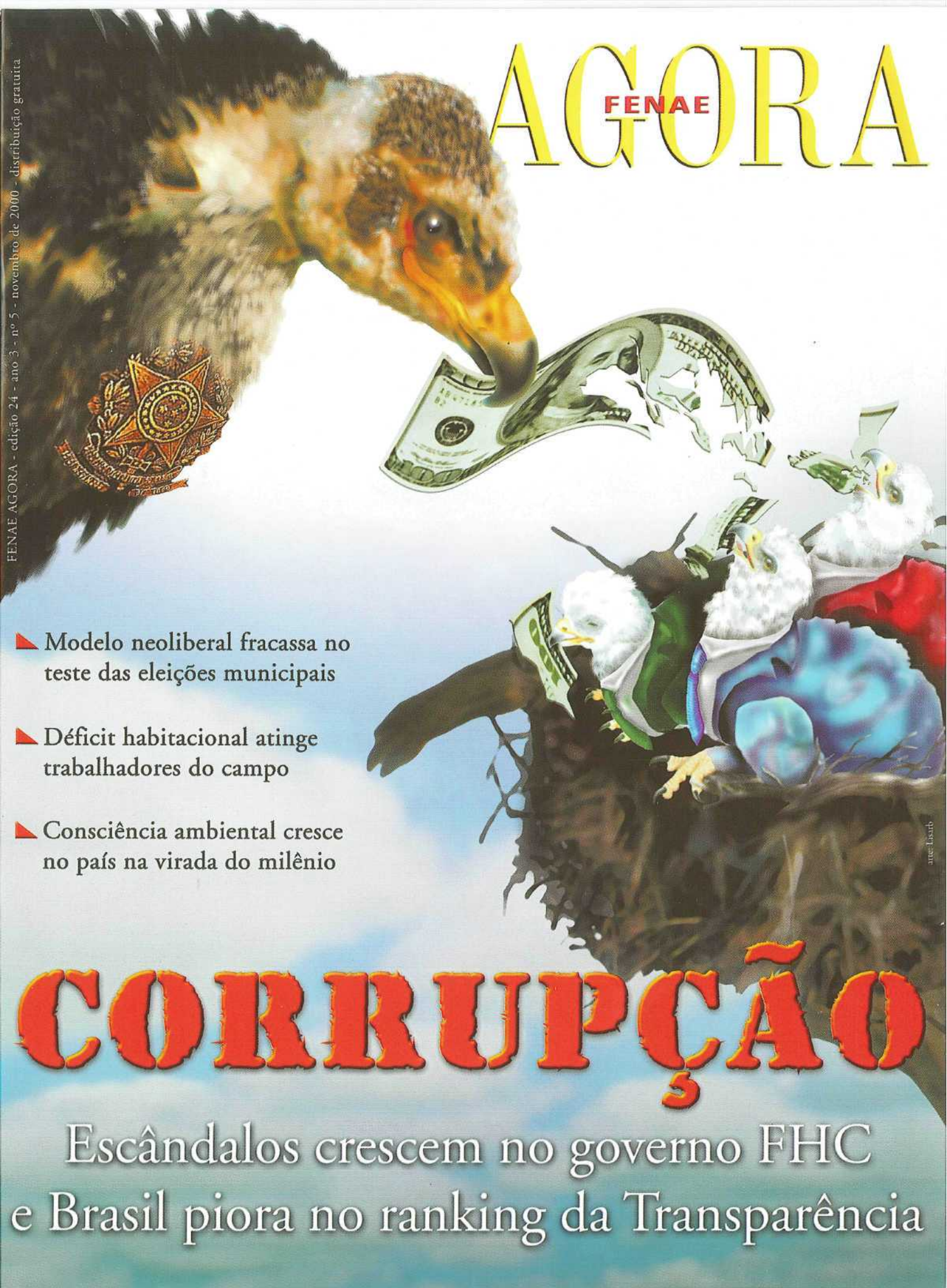


AGORA

FENAE



- ▶ Modelo neoliberal fracassa no teste das eleições municipais
- ▶ Déficit habitacional atinge trabalhadores do campo
- ▶ Consciência ambiental cresce no país na virada do milênio

CORRUPÇÃO

Escândalos crescem no governo FHC
e Brasil piora no ranking da Transparência

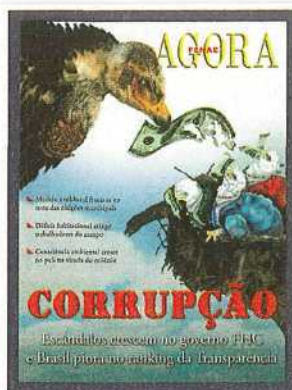
Séculos e décadas se passaram,
novos tempos virão.

Novo milênio, novas idéias,
um mundo novo para todos.



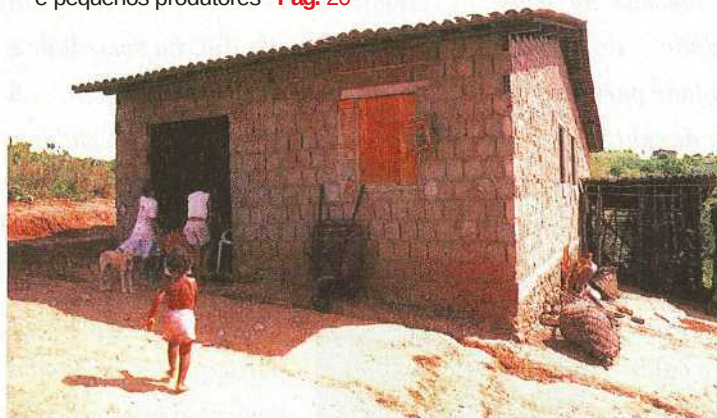
*Boas festas e
melhores perspectivas em 2001*

São os votos da Fena e aos empregados da
Caixa e demais leitores da FENAE AGORA

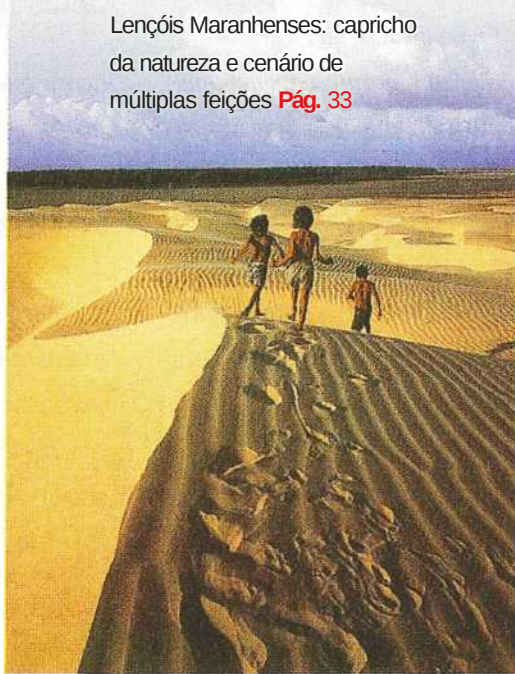


Capa: A praga da corrupção invade os alicerces do Estado brasileiro
Pág. 12

A falta de moradia no campo atormenta trabalhadores rurais e pequenos produtores **Pág. 20**



Cresce no Brasil consciência contra as agressões ao meio ambiente
Pág. 36



Lençóis Maranhenses: capricho da natureza e cenário de múltiplas feições **Pág. 33**



Página "Navegantes" cheia de novidades: ano mil, campanhas de solidariedade e mistério histórico
Pág. 5



AGORA

- 7** Jânio de Freitas critica Brasil fernandiano
- 11** Mercadante fala sobre Fórum Social Mundial
- 23** Brasília Itiberê, o pai da música erudita no Brasil
- 24** Privatização da Caixa Seguros sob suspeita
- 26** Aumenta o cerco aos fundos de pensão
- 28** Associados da Funcef exigem democratização
- 29** Brasil ainda carece de cultura esportiva
- 30** Sivuca: "A música é um canal direto com Deus"
- 32** Tárik de Souza: reação ao pagode padronizado

São Paulo, com Marta Suplicy, é o carro-chefe da boa performance 9 do PT nas eleições municipais
Pág. 8



Publicação da FENAE -
Federação Nacional das Associações
do Pessoal da Caixa Econômica Federal

Administração e redação:

Setor Comercial Sul, quadra 1, bloco C, n° 30,
edifício Antônio Venâncio da Silva, 5° andar,
Brasília/DF, CEP: 70395-900
Telefone: (061) 323-7516
Fax: (061) 325-6057
Homepage: www.fenae.org.br
E-mail: fenae@fenae.org.br

Diretoria Executiva

Presidente:
Carlos Borges
Vice-Presidente:
José Carlos Alonso
Diretor Financeiro:
Pedro Eugênio Leite
Diretor de Relações no Trabalho:
Antônio Bráulio de Carvalho
Diretor Administrativo:
Vaumik Ribeiro da Silva
Diretor de Esportes:
Jorge Peixoto de Mattos
Diretora Cultural:
Aparecida Diniz
Diretor Emérito:
Orlando César
Diretora Primeira Suplente:
Erika Kokay

Conselho Fiscal

Ozair Cataldi
Bernardete de Aquino
Francisca de Assis Silva

Suplentes

Jorge Cruz Marçal
Francisco Astrogildo Cruz
José Marcos de Almeida Costa

Conselho Deliberativo Nacional

Presidente: Valmir Gongora
Vice-Presidente: Fernando Souza de Mello
Secretário: Marcos Aurélio Saraiva Holanda

Edição e redação: Antônio José Reis,
Evandro Peixoto e Marcio Achilles Sardi
Colaboradores: Jânio de Freitas,
Aloysio Biondi, Tárk de Souza e Adacir Reis
Diagramação: Hélder Narde
Ilustração: Lisarb
Impressão: Bangraf

Tiragem desta edição: 75 mil exemplares

Os artigos assinados são de responsabilidade
dos seus autores. As matérias podem ser
reproduzidas, desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

Por uma nova consciência

O governo de Fernando Henrique Cardoso se destaca em mais uma área: nunca houve tantos casos de corrupção, ao menos divulgados pela imprensa, quanto nestes últimos seis anos. Boa parte dos grandes escândalos de desvio de dinheiro público envolveu autoridades do governo federal.

Impunidade, brechas na legislação, morosidade do Poder Judiciário, imunidade parlamentar, falhas no sistema de controle da administração pública... Os motivos são vários, e a solução pode estar justamente no combate a cada um deles. No entanto, o governo pensa em calar boa parte dos agentes investigadores da corrupção, através da lei da mordaza.

Mas há luz no fim do século. O resultado das recentes eleições municipais demonstra, no mínimo, que a população começa a desconfiar das falsas promessas do grupo político que hoje divide o poder no país. Os partidos de oposição ganharam 29 prefeituras entre as 26 capitais e 36 cidades com mais de 200 mil habitantes.

O modelo neoliberal também é contestado no campo. A luta por mo-

radia popular faz parte de um projeto maior de recuperação das condições de trabalho e vida na área rural. Os trabalhadores agrícolas e pequenos produtores estão se organizando.

Organização que também está presente no combate ao desmonte dos bancos públicos. As críticas ao relatório da consultoria internacional Booz Allen & Hamilton crescem a cada dia, na sociedade e entre lideranças políticas. A pressão do governo para vender o Banespa, no entanto, serve de alerta para a necessidade de uma intervenção mais efetiva.

Da mesma forma, os participantes de fundos de pensão já perceberam que a união é imprescindível para aprimorar a fiscalização dos recursos de milhões de trabalhadores. Ainda mais

agora que a Previdência complementar passa por mudanças importantes.

Esses e outros movimentos envolvem o cidadão brasileiro na virada do milênio. Esse mesmo microcosmo faz parte, já há tempos, da questão ambiental. Entidades do setor afirmam, inclusive, que está aumentando a consciência sobre a necessidade de preservação dos recursos naturais. •

A corrupção se
espalha pela
certeza da
impunidade

Porta de mistérios

Para quem é chegado num bom mistério histórico, www.fenomeno.trix.net/inexplicavel.html tem os assuntos ideais. O site

traz informações sobre marcas gigantes no solo da terra, textos antigos sobre espaçonaves e outros planetas, monumentos extraordinários, pinturas em pedras e cavernas, figuras em templos e outros objetos inexplicáveis.



Há mil anos

As curiosidades estão por todos os cantos da Internet. Na véspera da virada do milênio, que tal saber como viviam as pessoas no ano mil? A página www.amepe.com.br/not030801.html, da Associação dos Magistrados de Pernambuco, reproduz matéria da revista Veja sobre o assunto.

É só clicar!

Basta dar um clique no mouse no site www.vipp.com.br para ajudar campanhas de solidariedade, entre elas a Ação da Cidadania.

A cada clique, um dos patrocinadores do site repassa uma quantidade em dinheiro para ações beneficentes.

Previdência

Conceitos, novidades, informações e pesquisas sobre Previdência complementar estão disponíveis no site www.vipp.com.br. Há hoje, no Brasil, mais de oito milhões de pessoas associadas a planos de Previdência complementar.



Utilidade

Sou apreciador da revista FENAE AGORA, tanto pelo seu lay-out atraente quanto pela qualidade dos textos e profundidade dos temas abordados. A publicação é duplamente útil para mim, pois, além de leitor voraz, sou estudante de jornalismo.

Walter Mendes dos Santos
Aparecida de Goiânia (GO)

Habitação

A edição de setembro/2000 da revista FENAE AGORA traz matérias com leitura obrigatória para pessoas que ficam indignadas com o desastre habitacional que toma conta do país. Com um déficit de mais de 5 milhões, a política brasileira empurra milhões de cidadãos para 'moredias' degradantes, infectas ou mesmo para inúmeros viadutos e pontes espalhados pelas cidades de todo o país. Faz-se urgente uma total reestruturação da política habitacional brasileira. O povo precisa morar com o mínimo de dignidade.

O noticiário da imprensa vem divulgando o sofrimento dos mutuários que tiveram suas casas retomadas por falta de pagamento de prestações exorbitantes. Pergunto: como um pai de família, que perdeu seu emprego, vai poder pagar as altas prestações das financeiras? A Constituição garante o direito à moradia. Cabe aos congressistas apontar soluções e saídas que beneficiem o trabalhador de baixa renda, que é o segmento mais atingido pela crise habitacional brasileira.

Minha esperança é que até o ano 2002 os políticos consigam entender que a economia neoliberal só trouxe sofrimentos ao povo, parte deles refletidos no caos imperante no sistema financeiro mundial. Resta-me parafrasear Karl Marx: "Trabalhadores do Brasil, uni-vos!".
Luiz Carlos dos Santos
Toledo (PR)

AGORA



econômica nos cursos de Geografia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, tomei recentemente conhecimento das ótimas reportagens publicadas nas páginas da FENAE AGORA. Da edição de setembro/2000, por exemplo, usei com meus alunos de Geografia do Brasil o conteúdo da reportagem "Até quando?", que aborda o tema de como o Estado brasileiro mantém a histórica violência contra os trabalhadores e a camada pobre da população.

Nilson César Fraga
Florianópolis (SC)



Pedagogia

Não sou funcionário da Caixa, mas foi através de colegas que trabalham na empresa que tomei conhecimento de um material tão vasto e concreto, útil para ser aplicado na formação dos futuros cidadãos. Estou falando da revista FENAE AGORA. Sou um educador que pretende orientar e qualificar seus educandos para o engajamento no mundo social. Educador este que não dispõe de uma boa renda, mas que tem força e vontade de 'implantar para transformar'.

Deixo meu recado neste espaço:

Até quando?

Como professor de geografia agrária, geografia do Brasil e geografia humana e

"Educador não é aquele que espera as coisas chegarem até ele, mas sim aquele que está buscando soluções para educar".
Evilásio dos Santos
Povoado de Saco de Areia-Aquidabã (SE)

Realidade

Parabenizo a equipe de redação da FENAE AGORA pelo ótimo trabalho de mostrar a verdadeira realidade deste país. Presto serviço à Caixa e foi, por meio da empresa, que tive a oportunidade de conhecer a revista. Como seu estudante, FENAE AGORA é uma publicação que enriquece as atividades escolares.
Adriana Duarte Andrade Araújo
Feira de Santana (BA)

Colonialismo

Antes de tudo, gostaria de parabenizá-los pelas últimas edições da FENAE AGORA e pelos temas nelas abordados, que com certeza diferem e muito da mídia colonialista que temos. Trabalho com movimentos populares/pastorais e a revista tem sido muito útil para as atividades que desenvolvo.

Márcia de Brito
São Leopoldo (RS)

Acervo

Recebemos na biblioteca da Prefeitura Municipal de Congonhas, em Minas Gerais, doada por um leitor, dois exemplares da revista FENAE AGORA, cujo conteúdo muito contribuiu para a atualização e aprimoramento do nosso acervo bibliográfico.
Margarida Maria Ferreira
Congonhas (MG)

• A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor. FENAE AGORA se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço). •

Fábrica de otimismo

Um dos últimos artigos de Aloysio Biondi, "As sete pragas da terra" ("Revista dos Bancários", agosto de 2000), dava à sétima praga o nome de "Otimismo fabricado". Tratava, como o título geral indicara, de temas próprios da agricultura, como financiamentos, produção e exportação-importação, para mostrar a distância abissal entre o que o governo diz a respeito e o que acontece.

Só para não perder a deixa, que certas coisas nunca serão lembradas demais, o Brasil fernandiano é importador de batatas, ervilhas, tomates, brócolis, alface, pepino, arroz, feijão, milho - para encurtar: ainda não consta que importemos chuchu, mas sempre há esperanças, dependendo só de que o presidente ou o douto Pedro Malan saiba dessa lacuna em nossa pauta de importações, ou melhor, de exportação de dinheiro.

De volta ao tema inspirado em Aloysio Biondi - e que sirvam as referências ao seu nome também como homenagem de admiração e saudade deste quase irmão. No plano mais geral das relações entre o governo e a população, uma só praga refletiria o que se tem passado nestes anos. E seu nome poderia ser mesmo o de "Otimismo fabricado".

Sob tal rubrica não entram só as previsões fantasiosas, que procedem do propósito de iludir e não de fundamentos consistentes, nem os "resultados" que, depois submetidos a revisões, mostram-se sempre menores (caso do PIB de 99, do montante de exportações, do déficit do governo federal, e por aí afora).

Junto a tais práticas deveria estar a máquina de propaganda montada para



servir à pessoa de Fernando Henrique Cardoso. É um batalhão de funcionários e de contratados a serviço de catar eventos que exibam a figura física de Fernando Henrique; imaginam e preparam coisas que ele diga, como se fossem discursos improvisados; arranjam no exterior convites e encontros, e, sobretudo, empurram fotos nas primeiras páginas e tomadas de vídeos tapes nas televisões. É melhor que Fernando Henrique não continue lá em baixo nas pesquisas de prestígio pessoal: os cofres públicos sairiam ganhando.

Ninguém sabe qual o custo da máquina que cuida da imagem pessoal de Fernando Henrique. Sabe-se que esse custo foi fundamental para sua reeleição e que

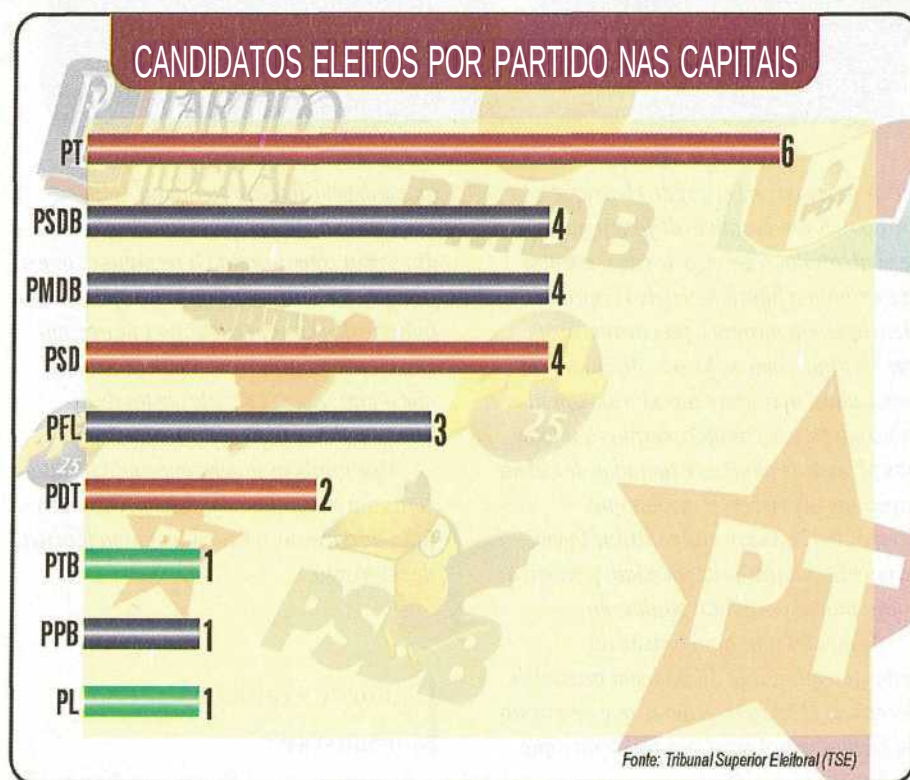
foi pago pelo Tesouro Nacional. Sabe-se que voltou a crescer muito desde que a mídia se viu constrangida a reconhecer que a imagem de Fernando Henrique, na opinião dos leitores e telespectadores, entrara em mergulho recordista. E sabe-se que a maior parte de tais gastos de dinheiro público é absolutamente ilegal.

Mas também se sabe que nada acontecerá com tamanha ilegalidade. Porque, à falta de governo, o Brasil tem uma fábrica de otimismo.

Jânio de Freitas,
jornalista»

Cidadania e mudanças

Entre o local e o nacional, o PT foi o maior vitorioso das eleições municipais



“**N**ão adianta tapar o sol com a peneira”. Essa frase, atribuída ao então general-presidente Ernesto Geisel, foi proferida no ano de 1974 e, na época, retratou o conformismo da ditadura militar com a surpreendente vitória do MDB, que preencheu 16 das 22 vagas em disputa para o Senado. Passados 26 anos desse episódio, a história volta a repetir-se. Não mais como farsa ou tragédia como das vezes anteriores, mas com sinais de esperança. É que os ventos de 2000 apontam também em direção a mudanças no cenário político do país, desta vez com maior evidência de participação popular na gestão democrática das cidades e dos municípios, numa prova de que é a cidadania o motor das transformações na sociedade brasileira.

O resultado das últimas eleições muni-



Vitória de Marta Suplicy em São Paulo aponta para mudanças no cenário político do país

cipais, com a oposição como a principal vedete dos duelos eleitorais, mostra que a população começa a despertar das falsas promessas do governo Fernando Henrique Cardoso que, desnudas, são apenas o velho receituário neoliberal do desemprego, do aumento do empobrecimento de amplos setores da sociedade, da falta de ética na política e da privatização indiscriminada de empresas públicas.

Os números apresentados pelo pleito demonstram que, no panorama de um universo formado pelas 26 capitais e pelos 36 municípios com mais de 200 mil eleitores, o PT, o PCdoB, o PSB, o PDT e o PPS elegeram 29 prefeitos. Isso significa que, a partir de primeiro de janeiro de 2001, a oposição vai passar a governar um contingente urbano de pouco mais de 19,39 milhões de pessoas.

Visto sob outro ângulo, o resultado final das eleições nos 62 maiores municípios do país, que somam 52,2 milhões de habitantes, com 33 prefeituras para os partidos aliados do governo FHC contra 29 da oposição, é uma prova ilustrativa do poder de fogo que o projeto de cidadania passa a contar a partir de ago-

ra. Recente estudo do jornal "Valor Econômico", elaborado com base em levantamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aponta a novidade: os 29 prefeitos da oposição vão administrar 73% do orçamento das 62 maiores cidades do país. Essa hegemonia era impensável até o último mês de outubro, haja vista que cabia ao reduto oposicionista a administração de apenas 18 desses 62 municípios. No cenário de capitais e grandes cidades, partidos como o PT governam atualmente - prefeitos eleitos em 1996 - um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 27,5 bilhões. Com o resultado das últimas eleições municipais, esse número salta para R\$ 179 bilhões.

Performance O PT foi o grande vencedor das eleições municipais. São Paulo,

neste caso, foi o carro-chefe de um processo que tem na ênfase a políticas públicas a sua principal marca registrada. A boa performance da legenda, aliás, decorre da qualidade de suas propostas pelo ângulo das necessidades do país, e não pela ótica liberal-conservadora, como ocorre com candidatos de partidos que sempre dominaram o cenário político nacional. O mapa das prefeituras que serão administradas pelo PT recobre todas as regiões do país: Belém (PA), no Norte; Recife (PE), Aracaju (SE), Vitória da Conquista (BA) e Imperatriz (MA), no Nordeste; Goiânia (GO), no Centro-Oeste; São Paulo, Campinas, Guarulhos, Ribeirão Preto, Santo André (SP) etc, no Sudeste; Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Caxias do Sul (RS), Londrina e Maringá (PR), Chapecó (SC) etc, no Sul.

Na ponta inversa dessa realidade, os políticos corruptos foram alguns dos principais derrotados. Na Câmara Municipal de São Paulo, com a maioria de seus atuais membros envolvida em atos de corrupção do prefeito Celso Pitta, a renovação foi de mais de 50,9%. Dos 35 vereadores que em algum momento fizeram parte da tropa de choque de Pitta, apenas 12 conseguiram se reeleger. Nesse e em outros casos país afora, o recado foi claro e direto: sai a improbidade administrativa e entra em campo a ética e a democratização da gestão pública.

E, de certa forma, foi questionado ainda o padrão de submissão do governo brasileiro ao Fundo Monetário Internacional (FMI), modelo

esse

Nedson Micheleti,
prefeito eleito de
Londrina (PR)



PODER DIVIDIDO

Nas 26 capitais e 36 outras cidades brasileiras com mais de 200 mil eleitores os partidos de oposição ao governo federal, somados, passarão a comandar os destinos de maior número de eleitores que os partidos que apoiam o presidente Fernando Henrique Cardoso

	Cidades que governa hoje	Cidade que governará em 2001
Base governista <i>(formada por prefeitos de dez partidos: PSDB, PFL, PMDB, PPB, PTB, PL, PSD, PV, PTN, E PSC)</i>	44 , num total de 28.070.025 eleitores	33 , num total de 17.004.396 eleitores
Bloco das oposições <i>(formado por prefeitos do PT, do PDT, do PCdoB, do PPS e do PSB)</i>	18 , num total de 8.325.859 eleitores	29 , num total de 19.391.488 eleitores

Fonte: Revista Época

carregado de restrições à democracia.

O PMDB ainda ostenta o título de partido com maior número de prefeituras: 1.257, sendo quatro de capitais. O PFL fica em segundo lugar, com 1.028 prefeitos (três de capitais). O PSDB abocanhou 990, ficando com quatro de capitais. Ao PPB coube 617 prefeituras em municípios do interior e apenas uma em capital. O PTB está com 398 prefeituras e o PL, com 234. No bloco da oposição, a legenda com maior fatia de prefeituras é o PDT, com 288 (duas em capitais). O PT elegeu 187 prefeitos, seis de capitais. O PPS ficou com 166 e o PSB, 133. O PV obteve 13 prefeituras. Apenas uma foi para o PCdoB.

Prioridade

O Brasil, sabidamente, tem questões urgentes a ser resolvidas. O deputado José Genoíno (PT-SP), em recente artigo publicado pelo jornal "Correio Braziliense", defendeu a necessidade de uma agenda social. "As trágicas condições sociais do país, a falta de educação, saúde, moradia, transporte público e saneamento básico requerem orientação dos gastos públicos. As necessidades básicas da população devem adquirir o status de prioridade nos orçamentos". Para Genoíno, a corrupção está

na origem da falta de compromisso com os objetivos da sociedade.

Alguns empregados da Caixa Econômica Federal, candidatos nessas elei-

ções, foram eleitos para prefeituras e câmaras municipais de cidades de portes pequeno e médio. Nesse cenário destaca-se o ex-deputado federal Nedson Micheleti, escolhido prefeito de Londrina (PR) pela coligação "Compromisso com Londrina" (PT-PPS-PCdoB). Em Rio Grande da Serra (SP), Rita Serrana) foi eleita vice-prefeita. Em Wanderlândia, em Tocantins, Raimundo Ferreira dos Santos, gerente da agência Colina/Caixa, é o mais novo prefeito do município. Foi eleito pelo PMDB. A lista de trabalhadores da Caixa eleitos vereadores também cresceu na disputa eleitoral deste ano.

A partir de 2001, quando os novos prefeitos e vereadores assumirem os seus postos, a nova configuração política em nível municipal prenuncia impacto forte sobre as eleições parlamentares e presidenciais de 2002.

Mais do que viabilidade eleitoral, a vitória da oposição nos municípios mais importantes dá à população a indicação clara de que é possível mudar os rumos políticos do Brasil. Aqui e agora. •

Política econômica de FHC foi rejeitada pela população

O dedo foi posto na ferida do modelo neoliberal. A eleição de candidatos identificados com as demandas populares, num universo formado pelas 26 capitais e pelos 36 municípios com mais de 200 mil eleitores, prova a rejeição da sociedade brasileira a uma política econômica que protege especuladores e relega a plano secundário uma multidão de trabalhadores, pais de família e até, quem diria, parcelas do capital produtivo.

Esse sinal de insatisfação com a premissa de receituário neoliberal não é um prodígio genuinamente brasileiro. Fenômeno parecido já havia acontecido na Espanha, Argentina e em breve deve ocorrer na Inglaterra, numa prova de que a questão das desigualdades sociais começa a invadir a agenda dos

quatro cantos do mundo. A tendência de mudança do eleitor pode ser explicada pelo retrato de uma árvore que bate à porta de milhares de lares no mundo inteiro: o desemprego e a violência.

No caso brasileiro, esse quadro de reações configurado em urnas ganhou projeção nacional. É daí, portanto, que se justificam resultados idênticos em cidades tão distantes e diferentes como Aracaju e São Paulo, Belém do Pará e Porto Alegre, Icapuí e Maringá, Imperatriz e Mauá. Seja como for, o certo é que a continuidade do processo eleitoral é que vai possibilitar uma mudança substancial na geografia política do Brasil. Essa tendência deve se repetir daqui a dois anos (outubro de 2002), quando da disputa pelo Palácio do Planalto.

Fórum Social Mundial

■ Aloizio Mercadante

Programado para janeiro de 2001, em Porto Alegre, o Fórum Social Mundial pretende contrapor-se ao Fórum Econômico Mundial, dirigido pelas mil empresas globais mais importantes do mundo. Alternativa ao "pensamento único" da política econômica predominante, o Fórum pretende ser um espaço voltado para a discussão e formulação de alternativas, para a troca de experiências, para a construção de uma agenda comum e das articulações orgânicas, táticas e estratégicas, que resultem em propostas mobilizadoras para manifestações e ações concretas da sociedade civil.

Para entender esse projeto, é preciso recordar a história econômica mundial recente. O rompimento de Bretton Woods e

das políticas de liberalização financeira dos EUA antecederam a reestruturação da economia mundial, que teve, entre outras consequências, a criação de instituições de entidades afinadas com o neoliberalismo, como a OMC, e o predomínio do capital financeiro.

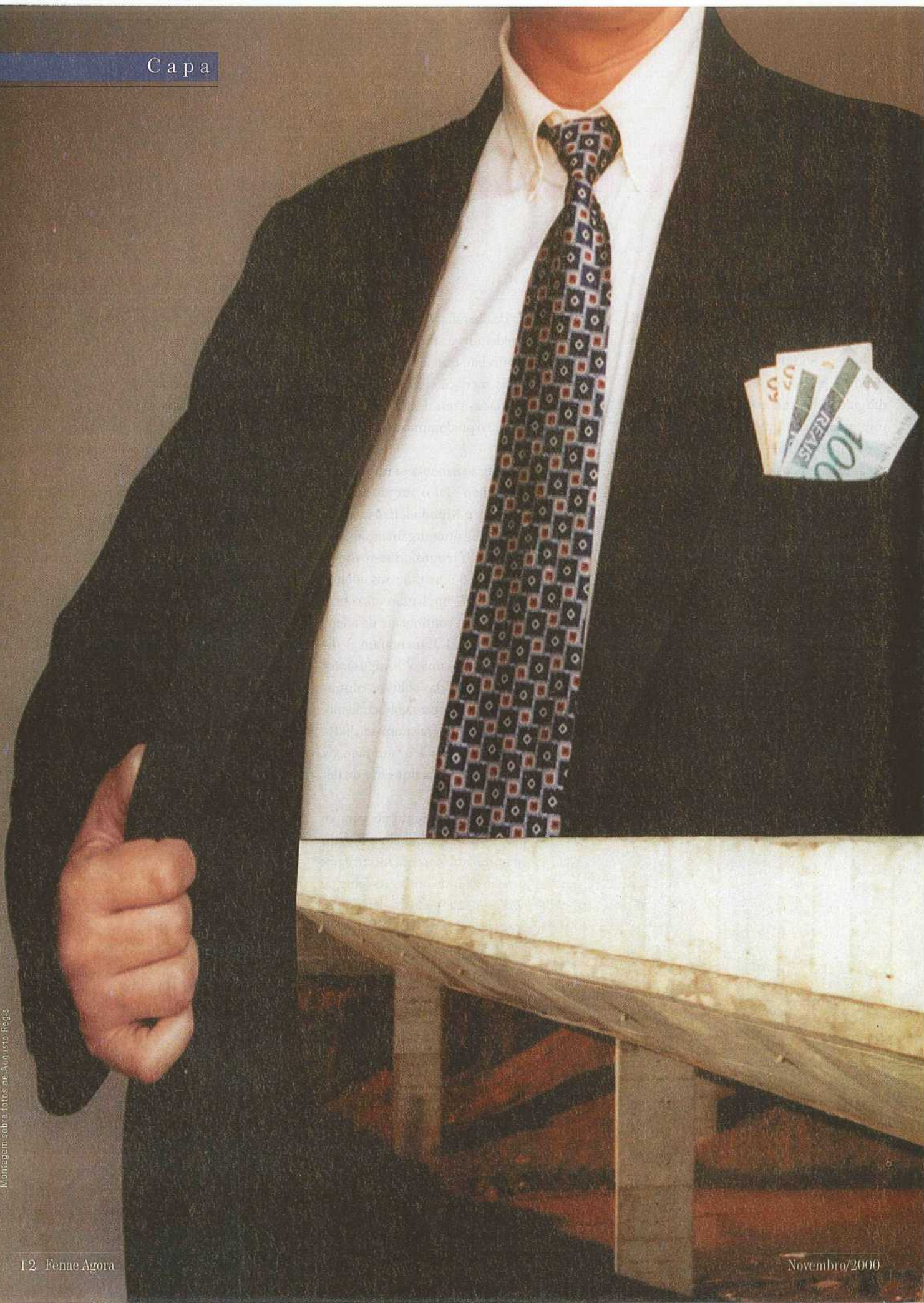
Uma dimensão não menos importante dessa "nova ordem" foi o surgimento do Fórum Econômico Mundial. Estruturado inicialmente como uma organização sem fins de lucro, em 1971, transforma-se numa associação em 1976 e assume sua identidade global em 1987, ampliando sua cobertura geográfica e seu contingente de adeptos. Essas instituições alimentaram a difusão do "pensamento único" e impuseram a adoção, *urbe et orbe*, das políticas contracionistas e excludentes do neoliberalismo. Como consequência, agravaram-se as desigualdades entre países e o aumento da concentração da renda, da riqueza e do desemprego.

As reações a esse receituário vêm se manifestando de diversas maneiras. Por um lado, a recolocação da temática social; e por outro, a geração de uma onda crescente de mobilizações contra as políticas defendidas por estas instituições. Em Praga, uma mobilização forçou o encerramento antecipado da reunião do FMI e do Banco Mundial. É nesse contexto que surge a idéia de realizar

anualmente reunião que represente os interesses dos povos no processo de globalização: o Fórum Social Mundial, integrado por entidades e cidadãos empenhados na busca de caminhos alternativos de desenvolvimento. Mais do que mobilizações temporárias, o Fórum pretende contribuir para despertar as energias dos povos do Sul para o desafio que representa a construção de uma sociedade mais fraterna, que recupere o sentido da cooperação entre os povos e priorize o desenvolvimento humano e a inclusão social.

Como muito bem sintetizou Ignácio Ramonet no "Le monde diplomatique", de agosto passado, "O Fórum Social Mundial será um espaço de intercâmbios e de debates sobre as grandes escolhas econômicas, sociais, culturais, científicas, tecnológicas e políticas com as quais a humanidade está confrontada. Mas, diferentemente de Davos, elas serão abordadas numa perspectiva cívica, isto é, do ponto de vista dos cidadãos e não do mercado financeiro."

Aloizio Mercadante é economista, professor licenciado da PUC e Unicamp, deputado federal e líder do PT na Câmara



O Estado nas mãos da corrupção

■ Marcio Sardi

Quando o Departamento de Comércio dos Estados Unidos declarou, às vésperas da visita do presidente Bill Clinton ao Brasil, em 1997, que a corrupção no país era "endêmica", não faltaram vozes de protesto em todos os setores da sociedade, inclusive nos três poderes. Em que pese ser inadmissível que um governo estrangeiro ataque as instituições brasileiras, o diagnóstico não foge da realidade.

E a comprovação vem com o ranking de países menos corruptos, elaborado pela Transparency International (TI). De 1999 para 2000, o Brasil caiu para a 49ª colocação no ranking, medido a partir da percepção do meio empresarial entrevistado pela organização em todo o mundo. Em 95, nossa posição era melhor 36º lugar.

Não precisa ser empresário ou banqueiro, no entanto, para observar a corrupção crescente no país. Pesquisa realizada no ano passado pelo instituto Vox Populi, a pedido da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), revelou que 74% dos brasileiros entendem que a impunidade tem aumentado. Para 83%, a corrupção piorou.

Conceitos Se o senso comum indica que há corrupção nos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, nos governos federal, estaduais e municipais, no entanto não há uma definição exata para o que seja esse ato. A Transparência Brasil, entidade filiada à TI e que reúne as organizações e pessoas que lutam contra a corrupção no país, tem um conceito amplo: é "o uso indevido do cargo público para fins privados". Assim, "quem a pratica utiliza-se de meios ilícitos ou abusa do poder de que dispõe para obter benefícios pessoais - apropriando-se de dinheiro público e bens que pertencem à coletividade; comprando privilégios e decisões favoráveis de representantes do Executivo,

Legislativo ou Judiciário, nos três níveis da federação; ou assegurando sua própria impunidade no desrespeito à lei".

Um problema tão complexo não poderia deixar de ter várias causas. O professor David Fleischer, presidente da Transparência, Consciência e Cidadania (TCC), vinculada à Transparência Brasil, cita a falta de mecanismos de controle, a inadequação dos órgãos fiscalizadores, a impunidade, a conivência de setores do Judiciário, a desatualização do Código Penal e outros. Já o procurador Luiz Francisco de Souza credita boa parte do problema aos mecanismos de acumulação de riqueza no sistema capitalista, que ampliam a exclusão social. Luiz Francisco ficou famoso, junto com seus colegas procuradores da República, após casos como a investigação do ex-deputado acreano Hildebrando Paschoal, pelo assassinato de desafetos e desvio de recursos públicos, e a cassação do senador Luiz Estevão, pelo desvio de recursos da construção do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo.

Aliás, o escândalo do TRT e máfia comandada por Hildebrando são apenas dois grandes exemplos de uma série de casos de corrupção que aconteceram nos últimos anos. Boa parte deles aconteceu na esfera federal. O governo de Fernando Henrique Cardoso tem sido pródigo em construir escândalos.

Sivam Logo no início da primeira gestão, Fernando Henrique viu um de seus assessores envolvidos com o caso Sivam, sigla que indica o Sistema de Vigilância da Amazônia. O embaixador Júlio César Gomes dos Santos, ex-chefe do cerimonial do Palácio do Planalto, foi apontado como suspeito de tráfico de influência para benefi-

ciar a empresa norte-americana Raytheon na licitação do sistema. Estudo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) demonstrou, à época, que cientistas brasileiros poderiam desenvolver projeto semelhante por dois terços do valor pago à Raytheon.

Foi autorizada a quebra de sigilo do embaixador e de outros envolvidos. No entanto, o inquérito da Polícia Federal sobre o caso ainda não foi concluído. Q governo foi atingido praticamente apenas com a demissão do então ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, citado nas conversas do embaixador sobre o caso Sivam.

Pasta Rosa Ainda em 1994, mas no final do ano, é divulgada a existência da pasta rosa, reunião de documentos que comprometem vários políticos importantes. O alvo principal das denúncias é o senador Antônio Carlos Magalhães, um dos homens fortes do governo federal. Não é para menos: a pasta foi encontrada com o ex-dono do banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, então aliado de ACM.

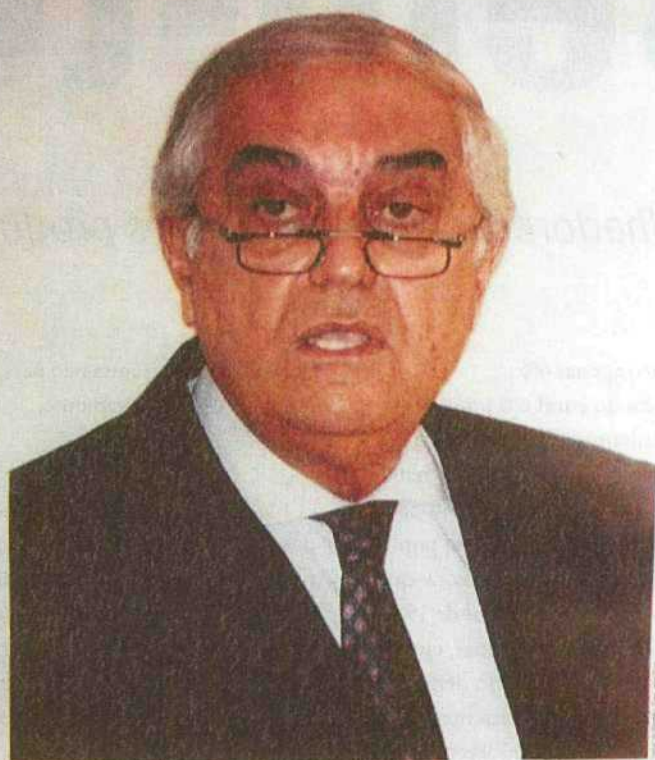
A pasta continha nomes de candidatos às eleições de 1990, com notas na escala de 1 a 10. Em bilhete a Calmon de Sá, o então presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Léo Wallace Cochrane Júnior, disse que a lista tinha o objetivo de facilitar aos banqueiros a escolha dos políticos que valia a pena financiar. Em 90, a legislação impedia a doação de empresas a candidatos. A pasta continha ainda recibos e notas fiscais com serviços prestados a políticos e pagos pelo Econômico.

O terceiro documento é outra lista de

**Sistema
capitalista é
responsável por boa
parte do problema**



PROCURA-SE



Nicolau dos Santos Neto

Possui mandados de prisão expedidos pela Justiça Federal em São Paulo

Disque-Polícia Federal: 0800 61 4333

Polícia Federal não consegue prender o juiz Nicolau, autor de rombo milionário no TRT paulista

O descumprimento das regras do código resulta em advertência e censura. Muito mais duras, por exemplo, são as sanções contra agentes públicos que o governo federal pretende implantar com a chamada lei da mordação (leia entrevista na página 16).

A lei da mordação anda em sentido contrário ao fortalecimento da sociedade civil e das instâncias de controle na administração pública, defendidas pelas entidades que denunciam a corrupção no mundo. A Transparency International, por exemplo, concentra suas ações "em estimular a transparência das relações entre Estado e sociedade, monitorando procedimentos públicos e o cumprimento da legislação vigente, produzindo informação e promovendo o esclarecimento da opinião pública, propondo reformas normativas que aprimorem o funcionamento das instituições e reduzam o grau

de corrupção existente".

Seu braço nacional, a Transparência Brasil, foi constituído este ano para congregar todas as entidades e pessoas que, até agora, vinham atuando contra a corrupção de forma isolada. A TCC, por exemplo, com sede em Brasília, vinha atuando desde 1993.

Conhecedora das principais práticas de corrupção no país, a Transparência Brasil atua em quatro grandes campos: processo eleitoral, licitações e contratações, orçamento público e Justiça. A entidade foi responsável, nas eleições municipais deste ano, pela campanha Voto X Corrupção, veiculada na televisão e em outdoors nas grandes capitais. A campanha associava a corrupção à miséria, falta de recursos para a saúde, educação e moradia, entre outros aspectos. "Rouba mas faz... miséria" era um de seus motes. O impacto era garantido por fotos de Sebastião Salgado.

Lei tenta coibir casos de corrupção eleitoral

Com o apoio de 13 milhão de eleitores, transformou-se em lei, em setembro de 1999, projeto que combate a corrupção eleitoral. A campanha foi uma iniciativa da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao lado de mais de 60 entidades populares e partidos de oposição.

A iniciativa foi motivada por pesquisa organizada pela CNBB e realizada pela DataBrasil, com relação às eleições de 1996. Os resultados revelam que a compra de votos e agrados foi adotada pelos candidatos a vereador e prefeito na opinião de 96% dos entrevistados.

Doar, oferecer ou prometer dinheiro ou vantagens materiais passa a ser crime com implicações civis e penais. A grande novidade, no entanto, é que o julgamento pode ser feito em até 15 dias. "Os infratores podem ser cassados ainda como candidatos", observa a deputada federal Iara Bernardi (PT-SP), que esteve envolvida diretamente com o projeto.

Outra mudança importante é com relação ao artigo 73 da lei eleitoral, que trata do uso da máquina administrativa e do abuso, do poder político. Até a aprovação da lei popular, o uso da máquina pública era punida apenas com multa. A partir de agora, quem já exerce mandato, cargo ou função na administração pública está sujeito a prisão caso cedam bens ou imóveis a candidatos ou partidos; usem materiais, serviços e funcionários do governo para fins eleitorais; distribuam bens e serviços de caráter social custeados pelo poder público; e transfiram recursos de uma esfera de governo a outra.

Sem-teto

Trabalhadores rurais e pequenos produtores in

O movimento dos trabalhadores e pequenos produtores em defesa da agricultura familiar e da reforma agrária vem evidenciando um antigo problema do meio rural: o da precariedade e falta de moradia no campo.

A partir de dados do IBGE, a Fundação João Pinheiro realizou em 1995 um estudo que revela um déficit habitacional de 5,6 milhões de novas moradias no Brasil, sendo 1,6 milhão no campo, o que representa cerca de 29% da demanda nacional.

O déficit no meio rural se concentra nas famílias com renda mensal de até dois salários mínimos. A carência para essa faixa de renda é estimada em 1,3 milhão de moradias, algo em torno de 78% da demanda total do campo. A faixa de dois a cinco mínimos representa 16% e

a superior a cinco apenas 6%.

Embora o êxodo rural e o processo de urbanização tenham se dado de forma intensa nas últimas décadas, com os habitantes do campo perdendo acentuadamente participação no conjunto da população brasileira, ainda são muitos os que vivem no meio rural. Pelos dados de 1995, eram quase 36 milhões de pessoas, em 7,6 milhões de domicílios. Além do déficit de 1,6 milhão de moradias, as existentes apresentam péssimas condições, sobretudo no que diz respeito ao saneamento: 61% dos domicílios no campo não têm instalações sanitárias, 67% não têm canalização interna de água, 39% utilizam fossas rudimentares e 88% são abastecidos de água por poço, nascentes e ou-

tras fontes onde a água não passa por qualquer processo de tratamento.

Êxodo

A expulsão de trabalhadores que moravam em casas cedidas pelos empregadores - situação que representa 20% da população total do campo - é tida como importante fator para o êxodo rural. Em 1940, a população brasileira urbana era de 13 milhões de habitantes, 32% do total, e hoje supera 130 milhões, chegando a 80%.

Mesmo continuando a trabalhar no campo, os trabalhadores expulsos para as cidades são obrigados a viver nas periferias e favelas, agravando sua situação de moradia. Trata-se de um fenômeno provocado pelas mudanças nas relações de trabalho no meio rural e pelo aparecimen-

o no campo

'uem crédito para moradia entre suas principais reivindicações

to dos bóias-fria.

A moradia tornou-se fator fundamental para o avanço da reforma agrária e está entre as principais reivindicações do movimento dos trabalhadores rurais e pequenos produtores. Para o secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Sebastião Neves Rocha, "é indispensável que os projetos de assentamento e de incentivo à produção familiar contemplem a questão da moradia, sob pena de serem inviabilizados por falta de condições dignas de vida no campo".

Sebastião Neves representa a Contag no grupo técnico (GT) criado pelo Conselho Curador do FGTS para analisar a proposta de voto da CUT, de criação de um programa de financiamento para a habitação no campo, através de Carta de Crédito Rural. Esse grupo realizou seis reuniões, mas não conseguiu avançar nas discussões por conta do problema criado com a indefinição acerca da correção no saldo do FGTS determinada pela Justiça. No último encontro, ficou decidido que o representante da CUT tratará do assunto com os bancos e com os movimentos sociais, para formular uma proposta a ser submetida posteriormente à apreciação do GT.

O FGTS nunca atuou em um programa nacional para o campo, aplicando quase todos os seus recursos na área urbana. Só a partir de 1995 foram R\$ 6 bilhões, em 600 mil unidades.

Assentamentos Para os assentamentos conquistados com a luta pela reforma agrária, os recursos assegurados junto ao Incra in-



cluem R\$ 2.500 a cada família, para a construção de moradia. O dinheiro é destinado à compra de material e a mão-de-obra fica por conta dos assentados. Geralmente, as casas são erguidas em sistema de mutirão.

Na avaliação da Contag, esse valor não é o ideal, mas tem possibilitado a construção de moradias com um mínimo de dignidade. "Não fossem as dificuldades criadas pelos órgãos do governo no repasse desse dinheiro, a situação nos assentamentos poderia ser bem melhor", ressalta Sebastião Neves. Por conta disso, o déficit de moradia nos assentamentos chega a 20% do total de famílias.

Os assentamentos criam uma nova realidade no campo. Com algumas exceções, a opção do trabalhador que retorna à terra é pela vida em comunidade, produzindo de forma cooperativa, e não mais isoladamente. Além de casas em áreas próximas umas das outras, surgem também a escola, a cooperativa de produção e outras instalações de inte-

resse da comunidade, como espaços para lazer, reuniões e cultos.

Assim, os acampamentos formados por barracas de plástico à beira de estradas vão se transformando em agrovilas após a conquista da terra. Segundo Adalberto Martins da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), ligada ao MST, a experiência das agrovilas são as melhor desenvolvidas no Nordeste. A aceitação é menor no Centro-Sul do país, onde é mais forte o desejo do trabalhador rural de retomar a forma de vida que tinha antes no campo.

Tanto Adalberto quanto Sebastião Neves, da Contag, ressaltam que é importante observar os aspectos culturais de cada região do país na hora de planejar os assentamentos.

Vilas Uma das raras iniciativas do poder público em criar um modelo de vida comunitária no campo está no Paraná. O governo do estado implantou o programa Vila Rural, que propicia ao trabalhador rural volante o acesso a um lote de cinco mil metros quadrados, espaço dedicado à construção de uma casa e ao cultivo para a subsistência. Cada Vila Rural possui, em média, 40 lotes. De acordo com os dados oficiais, o total de vilas já construídas e em construção já chega a 4.369.

As vilas rurais do Paraná seguem um modelo sem qualquer identificação com as demandas do movimento organizado dos trabalhadores rurais. Para Adalberto Martins, da Concrab, elas visam, em primeiro lugar, diminuir os custos dos grandes produtores com mão-de-obra. E, ao seu ver, são verdadeiras "favelas rurais".

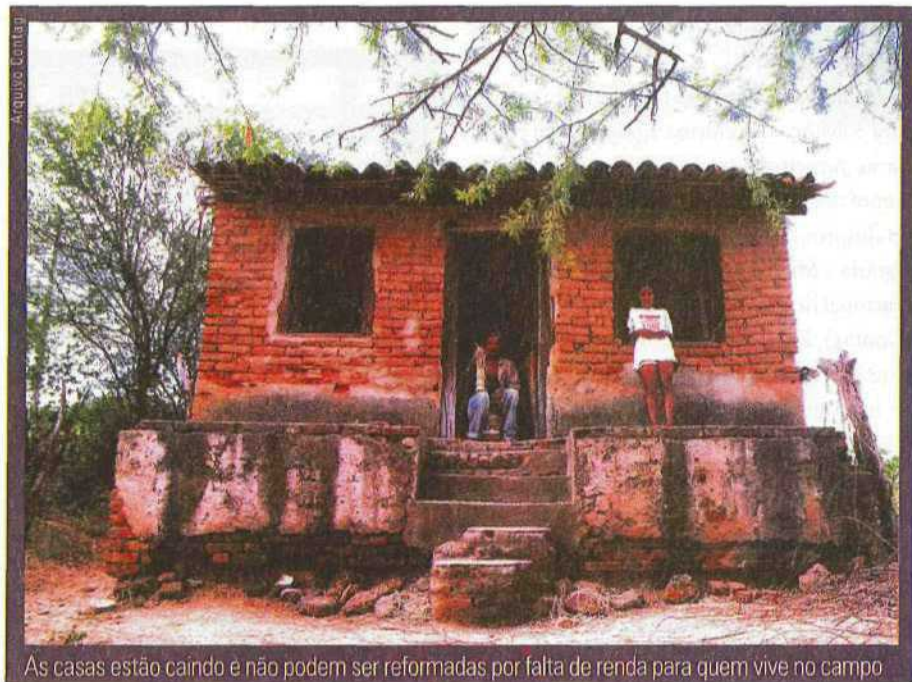
Os agricultores estão vivendo em taperas

Falta de moradia com mínimo de dignidade contribui para o êxodo rural

Para o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), surgido em 1996, a partir do Rio Grande do Sul, a moradia tornou-se também uma questão central, aparecendo entre os principais itens de suas pautas de reivindicações.

O MPA foi impulsionado por um acampamento liderado pelos pequenos produtores de Encruzilhada do Sul (RS) e região, em busca de crédito para custeio e investimentos, em defesa do seguro agrícola, do fim das importações de produtos da agricultura familiar e de condições para comercialização. O movimento atinge hoje um nível de organização razoável em vários outros estados (RS, PR, SC, RO, ES, MS e MG).

O crédito específico para moradia é reivindicado nos moldes do crédito para custeio e investimentos. A idéia é obter recursos através de grupos de famílias (de cinco a 15), instituindo o "aval solidário" (um tomador avalizando o outro). Na avaliação de um dos líderes do MPA, Gilberto Tuhtenhagen, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Encruzilhada do Sul, é preciso garantir o crédito com agilidade no repasse, de forma desburocratizada: "Temos urgên-



As casas estão caindo e não podem ser reformadas por falta de renda para quem vive no campo

de dignidade, as que ainda existem estão caindo, são taperas que não podem ser reformadas porque a renda não dá, muitos vivem em ranchos. Isso é uma coisa que empurra a gente para a cidade, e o pior é saber que lá também não teremos como melhorar nossas

nistérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, há cerca de três anos, os pequenos produtores reivindicam créditos com 20 anos de prazo, três anos de carência e sem juros. Elaboraram também um projeto que foi encaminhado à Câmara Federal pelo deputado Adão Preto (PT-RS), que prevê a destinação de R\$ 180 milhões oriundos do Orçamento Geral da União para a construção e reforma de moradias no campo, tendo como público alvo os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O objetivo é executar, em uma primeira fase, 30 mil unidades habitacionais em todo o país. As unidades a serem construídas teriam no mínimo 42 metros quadrados e dois dormitórios, com projeto adequado aos hábitos e costumes de quem vive no meio rural. •



Nacionalismo com partitura



Antes de Heitor Villa-Lobos e Carlos Gomes, o Brasil já teve um grande compositor erudito. O paranaense Brazílio Itiberê da Cunha é considerado o pai da música erudita de cunho nacionalista.

A pesquisadora Maria Augusta Machado conta que o gosto musical de Brazílio Itiberê veio do pai, João Manoel da Cunha, que patrocinava saraus musicais em casa e integrava um quarteto de cordas amador. Brazílio nasceu em Paranaguá, em agosto de 1846, e foi ele mesmo quem convenceu a família a adotar o sobrenome Itiberê, nome de um rio que desemboca na baía de Paranaguá, "como padrão de afirmação nacionalista".

Na sua cidade natal e em Curitiba, Luiz Brazílio estudou violino e piano. A música foi deixada de lado nos primeiros tempos que passou em São Paulo, estudando direito ao lado de Rui Barbosa, Castro Alves, Afonso Pena e Rodrigues Alves. Mas, em 1867, ele já disponibilizava a partitura da polca "Os pi-

faros da esquadra" na casa Levy.

Dois anos depois, surgiu 'A sertaneja - grande fantasia característica composta pelo distinto acadêmico Brazílio Itiberê'. A peça aproveita o tema popular "Balaio, meu bem, balaio", numa evocação musical de sua terra a partir de bases eruditas.

'A composição do jovem Brazílio Itiberê da Cunha é uma apropriação musical de um tema folclórico regional, um tema brasileiro com o qual o jovem compositor se identificava portê-lo ouvido cantar e dançar desde criança", diz Maria Augusta Machado. 'A sertaneja' é a primeira obra nacionalista brasileira, anterior às grandes composições de Carlos Gomes.

A obra de Brazílio Itiberê nunca havia sido gravada antes de 1995. A tarefa coube a Arthur Moreira Lima, num CD organizado pela prefeitura de Curitiba. 'A presença do elemento folclórico potencializa o valor artístico, emprestando a esse conjunto de obras uma importância histórica até então inatingida por qualquer de seus pares", avaliou à época Moreira Lima.

De músico a diplomata De músico a diplomata

O tráfico de influências já era corrente naquela época. O talento de Brazílio Itiberê ao piano rendeu um convite do imperador Pedro II para que seguisse a carreira diplomática. Em 1870, foi enviado a Berlim (Alemanha). Oito anos depois, estava na Itália. Foi em Roma que continuou seus estudos de piano e conheceu o austríaco Liszt, já então um dos maiores nomes do mundo da música erudita.

A carreira diplomática ainda levou o músico brasileiro à Bélgica, Bolívia e Paraguai. Por seu trabalho como mediador do fim da guerra civil no país, foi escolhido pelo Barão do Rio Branco como o primeiro embaixador brasileiro, já que o título até então não existia. Mas a morte de uma autoridade em Portugal, seu novo destino, adiou a criação do posto. Depois de Portugal, esteve novamente na Alemanha. Morreu em Berlim, em 1913, aos 67 anos. ®



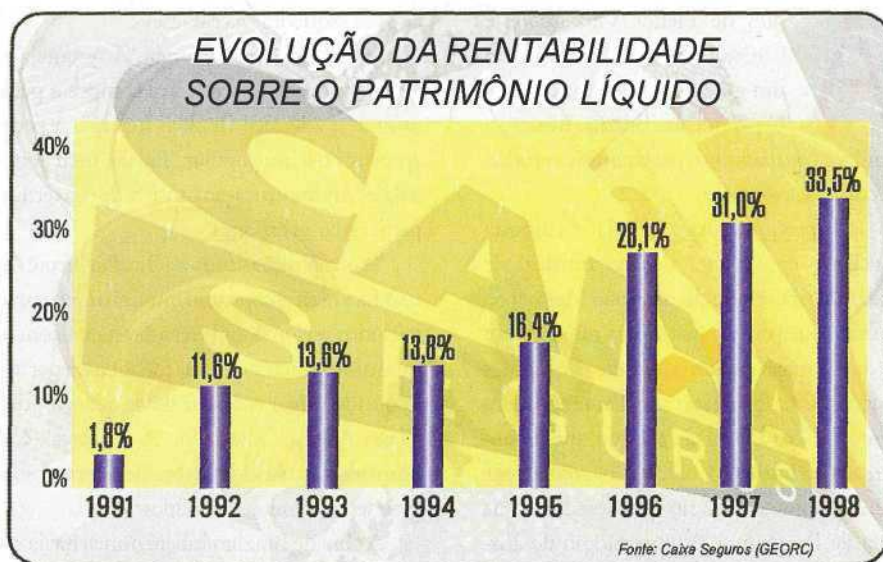
Caixa Seguros: venda sob suspeita

Para ela não houve década perdida. Sua taxa média de crescimento é superior a 13,8% ao ano desde 1994, contra o índice do mercado de 9,20%. Hoje a Caixa Seguros, uma empresa com carteira de R\$ 12 bilhão em ativos, gera um lucro anual da ordem de R\$ 100 milhões. A seguradora fechou o primeiro semestre de 2000 com um lucro de R\$ 52,6 milhões. Entre janeiro e julho deste ano, o patrimônio líquido da Caixa Seguros chegou a R\$ 280 milhões. O melhor desempenho de todos os tempos da ex-Sasse, a sexta maior seguradora brasileira em volume global de vendas.

Foram quase 33 anos para construir e amadurecer esse complexo segurador. A direção da Caixa, sem consulta aos associados, patrocina a venda das ações da Caixa Seguros na Funcef, com a conseqüente perda do controle acionário e com a desnacionalização, já que as empresas credenciadas são todas estrangeiras. É a receita do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O "script" da venda de 30,75% das ações da Funcef na Caixa Seguros, a pretexto de cumprir resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), que proíbe os fundos de pensão de serem donos de mais do que 20% do capital de uma única companhia, continua envolto em controvérsias. A Funcef detém 50,75% da Caixa Seguros. A participação da Caixa na seguradora é de 48,21%. A Fenaé detém 1% das ações e 0,04% pertence ao INSS.

Estranha instituição, a Caixa. Em todos os negócios, os vendedores apregoam as excelências de seu produto. Na empresa comandada por Emílio Carazzai, não. E, mesmo assim, a notícia da privatização da Caixa Seguros mobilizou pelo menos seis grandes grupos empresariais estrangeiros. Se motivos não há para a venda



das ações, inventam-se. Não se sabe a que preço. A avaliação, entregue à megaconsultoria Boston Consulting Group e ao banco de investimentos Goldman & Sachs, tem sido uma comédia de erros. Fala-se em valor mínimo entre R\$ 1 bilhão a R\$ 2 bilhões, como parte de mais uma entrega do patrimônio nacional ao capital estrangeiro.

Seguros

Os interesses obscuros na privatização de uma das mais rentáveis e eficientes seguradoras do Brasil ficam evidentes na permissão da Caixa para que grupos concorrentes operem em seu balcão de negócios, assumindo o controle sobre parte dos produtos vendidos nas 1.900 agências e nas 6.600 casas lotéricas espalhadas pelo país. Isso, aliás, vale para todos os tipos de seguros, títulos de capitalização e planos de previdência privada. A imprensa tem noticiado que o dinheiro arrecadado vai ser usado para eliminar parte da dívida da Caixa para com a Funcef, abrindo

caminho para a privatização da Caixa. Esse fato vem dividindo a base governista no Congresso Nacional. Ou seja: a eventual privatização da Caixa não encontra respaldo entre setores do governo federal.

São tantos e tão claros os argumentos contrários à privatização que a obscuridade das intenções da direção da Caixa acaba por revelar o sentido da sua política. Trata-se de aberta renúncia ao papel de uma seguradora como agência da própria Caixa para o fomento do desenvolvimento social e econômico do país. O movimento dos empregados condena mais este golpe contra o patrimônio dos trabalhadores.

Desde que foi criada em 1967 sob o nome de Sasse - Companhia Nacional de Seguros Sociais, a Caixa Seguros vem contribuindo para a retomada do desenvolvimento do país, em bases sólidas e competitivas. Resta perguntar se, depois de privatizada, a seguradora vai continuar pensando o seu destino desta maneira

Privatização desenfreada

O governo Fernando Henrique Cardoso mostra disposição de continuar levando adiante seu programa de privatização do setor público financeiro, que tantos prejuízos têm causado a parcelas significativas da sociedade brasileira. Dezenas de bancos estaduais, a exemplo do Banerj (RJ) e do Banestado (PR), já foram privatizados. O mais recente foi o Banespa, vendido ao banco espanhol Santander por R\$ 7,050 bilhões, durante leilão realizado em 20 de novembro.

Se não bastasse todas essas mazelas perpetradas contra os interesses nacionais, o governo federal não esconde seu compromisso com os credores internacionais de também privatizar os bancos públicos federais. Para isso a consultoria Booz Allen & Hamilton foi contratada, realizando um trabalho superficial sobre a Caixa, Banco do Brasil, Banco da Amazônia (Basa), Banco do Nordeste (BNB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Apesar dos inúmeros erros e imperfeições, o relatório da Booz Allen vem sendo usado pelo governo para preparar a privatização dos bancos públicos federais.

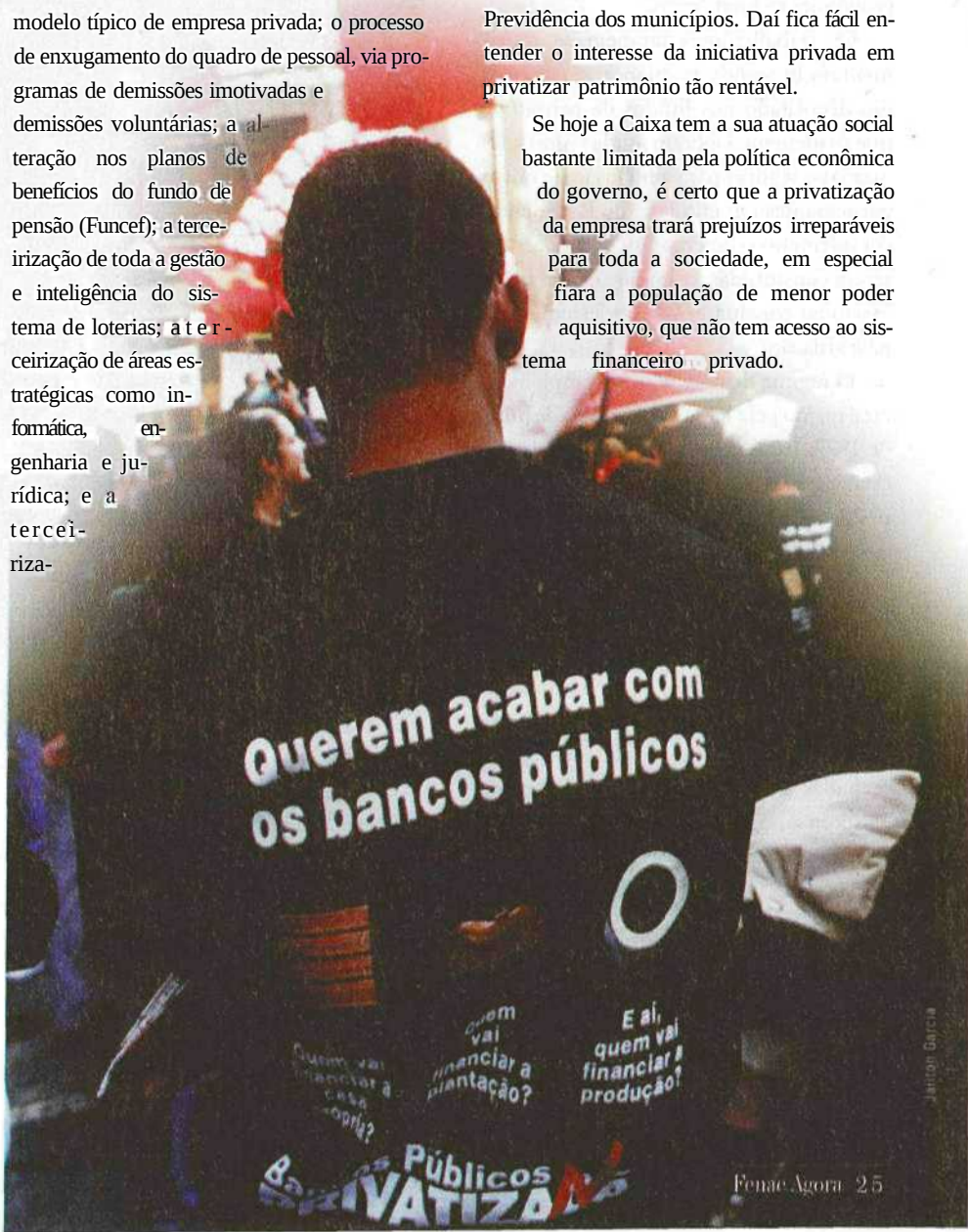
Como parte desse processo, a direção da Caixa adota medidas que tentam descaracterizar completamente a instituição. Entre os pontos dessa reestruturação estão a mudança no plano de cargos e salários, com a adoção de um

modelo típico de empresa privada; o processo de enxugamento do quadro de pessoal, via programas de demissões imotivadas e demissões voluntárias; a alteração nos planos de benefícios do fundo de pensão (Funcef); a terceirização de toda a gestão e inteligência do sistema de loterias; a terceirização de áreas estratégicas como informática, engenharia e jurídica; e a terceirização

de atividades-fim, envolvendo inclusive problemas de sigilo bancário e segurança da operação; a mão-de-obra sem a devida qualificação, via terceirização de serviços, pondo em risco a qualidade do atendimento à população.

O trabalho de retalhamento da Caixa inclui até mesmo a venda das ações da Caixa Seguros. Este setor, aliás, para os bancos privados, é um dos principais segmentos de mercado. Inclui seguros de vida, seguros habitacionais (a Caixa, hoje, é o principal agente financeiro imobiliário do país), patrimônio (residencial, automóvel etc), além dos cobiçados segmentos de capitalização, Previdência privada (como a aposentadoria dos ex-empregados da Prevhav - Previdência dos empregados do ex-BNH) e a Previdência dos municípios. Daí fica fácil entender o interesse da iniciativa privada em privatizar patrimônio tão rentável.

Se hoje a Caixa tem a sua atuação social bastante limitada pela política econômica do governo, é certo que a privatização da empresa trará prejuízos irreparáveis para toda a sociedade, em especial fiara a população de menor poder aquisitivo, que não tem acesso ao sistema financeiro privado.



Fundos de pensão

A Previdência complementar no Brasil passa por mudanças importantes e vem despertando interesses cada vez mais fortes, tanto dentro próprio governo como entre os agentes econômicos e financeiros.

Os trabalhadores também se movimentam buscando resguardar o patrimônio depositado nos fundos de pensão de que participam. Cobram ainda regras adequadas e seguras para a inclusão de novos participantes em entidade de Previdência complementar - abertas ou fechadas - a serem constituídas assim que o Congresso Nacional conclua as alterações em curso na legislação.

O regime de previdência complementar é regido pela lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977. Em seus artigos 40 e 202, foram estabelecidas pela emenda constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998, as reformas que ora são discutidas no Congresso.

A lei complementar disciplinará a relação entre patrocinadoras públicas e suas entidades de Previdência privada, assim como a relação entre empresas permissionárias ou concessionárias na prestação de serviços públicos e suas entidades fechadas de Previdência complementar. Disporá ainda sobre normas gerais para a instituição de regime complementar de Previdência pela União, estados, Distrito Federal e municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

No início de 1999, o Executivo enviou ao Congresso três projetos de lei complementar (PLC), todos já em fase final de



Congresso de criação da comissão provisória pró-Associação Nacional dos Participantes em Fundos de Previdência

tramitação. O prazo final para votação dos mesmos é 15 de dezembro, quando serão completados dois anos da aprovação da emenda constitucional nº 20.

O PLC nº 10/99 versa sobre os fundos de pensão das estatais. Aprovado pela Câmara, está em discussão no Senado como projeto de lei nº 63. O texto institui a portabilidade, que é a possibilidade de o

participante levar para outro fundo a sua reserva e direitos acumulados, no caso de quebra do vínculo empregatício.

O governo vem tentando criar condições para que a portabilidade se dê não apenas de um fundo fechado para outro, mas também para fundos abertos. Para Antônio Bráulio, coordenador da comissão provisória pró-Associação Nacional dos

ão, a bola da vez



o contou com a presença de 536 delegados

Participantes dos Fundos de Pensão, essa medida acaba com a garantia e a segurança na forma que os fundos de pensão são organizados, abrindo a possibilidade para grandes fraudes por parte de administradoras de Previdência complementar aberta. "Essa é uma concessão que precisa ser evitada e estamos nos empenhando nisso junto aos senadores", diz ele. Bráulio é partici-

pante da Funcef, o fundo de pensão dos empregados da Caixa, e diretor da Fenae (Federação das Associações do Pessoal da Caixa).

Outra regra estabelecida pelo PLC 10 é a do resgate de 100% das contribuições efetuadas pelo participante, descontadas as parcelas de custeio administrativo, na forma do regulamento do plano.

Já o PLC 09/99 trata da instituição do regime de Previdência complementar pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

Até o fechamento desta edição, ainda se encontrava na Câmara, em regime de urgência constitucional. Por conta disso, a sua votação era esperada para o período de sete a nove de novembro.

Assim que esse projeto for transformado em lei, fica praticamente extinta a aposentadoria integral dos servidores públicos.

Esse direito havia sido contemplado pelo relator do projeto, mas foi colocado também em discussão entre os deputados um substitutivo de interesse do governo, que torna remota a garantia constitucional contida no parágrafo terceiro do artigo 40, de aposentadoria correlacionada à totalidade da remuneração do servidor.

De acordo com nota técnica assessoria da Anfp (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social), o substitutivo afeta, em uma série de outros pontos, o modelo inicialmente proposto pelo



Antônio Bráulio, da Funcef

relator. Entre outras coisas, exclui qualquer alusão ao caráter facultativo do regime complementar; abre a possibilidade a que as contribuições do patrocinador venham a ser significativamente menores do que as dos participantes; prevê a transferência obrigatória dos benefícios por morte, in-

validez e por aposentadoria para uma entidade aberta ou seguradora; e não estabelece qualquer critério para a escolha das sociedades que receberão os recursos formados com a poupança do servidor público e do ente estatal, "situação que deflagrará autêntica guerra entre as instituições financeiras por mais este filão do mercado".

Por fim, o PLC 08/99 trata da relação entre a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e outras entidades públicas com suas respectivas entidades fechadas de Previdência complementar.

Ele estabelece que a contribuição normal do patrocinador não pode exceder a do participante e determina a paridade nos órgãos gestores, sendo que o conselho deliberativo passa a ser composto por no máximo seis membros, e o conselho fiscal por no máximo quatro.

A patrocinadora indica o presidente do conselho deliberativo e os participantes indicam o presidente do conselho fiscal. O projeto introduz a diretoria executiva profissionalizada, escolhida pelos membros do conselho deliberativo.

Participantes da Funcef exigem democratização e transparência

A democratização dos órgãos gestores dos fundos de pensão é uma exigência que vem sendo feita há alguns anos pelos associados da Funcef, o fundo dos empregados da Caixa Econômica Federal. A falta de transparência tem permitido uma série de negócios obscuros e gerado grandes prejuízos para a entidade, como no caso da compra de títulos e ações do Mappin, no valor de R\$ 100 milhões, e dos negócios com uma empresa do ex-banqueiro Salvatore Cacciola, em que o fundo perdeu R\$ 22 milhões, operações muito bem destacadas em matéria publicada pela revista *Veja* em sua edição de oito de novembro.

A Funcef é o único fundo de pensão em que os trabalhadores pagam mais do que a empresa. Mas, ao contrário do que já se observava em outros fundos, onde vêm ocorrendo avanços significativos no sentido da gestão compartilhada, como no caso da Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, os participantes da Funcef elegem apenas um representante para a diretoria executiva, ainda assim através de uma lista tríplice, para definição final do presidente da Caixa.

O projeto aprovado pela Câmara e remetido ao Senado prevê paridade nos conselhos deliberativo e fiscal, excluindo o chamado voto de qualidade atribuído ao presidente. A direção da Funcef já elaborou uma proposta de reforma do estatuto que contradiz esse dispositivo, mantendo o "voto de minerva" ao presidente do conselho deliberativo, que é indicado pela Caixa. A composição da diretoria executiva não é definida a priori pelo projeto de lei, mas já foi contemplada na proposta de reforma do estatuto exatamente como é hoje: três diretores indicados pela Caixa e um pelos associados.

A gestão paritária em todos os órgãos diretores da Funcef, conforme exigem os associados, poderia, entre outras coisas, equacionar de forma transparente e justa o problema da dívida de R\$ 2,254 bilhões que a Caixa tem para com a Funcef evitando especulações e di-

vulgação de dados distorcidos como na matéria da *Veja*. A reportagem é reflexo do tratamento nebuloso que as direções da Caixa e da Funcef estão dando ao assunto e peca pela falta de informações corretas.

A revista *Veja* afirma que, "na moita, a Caixa planeja pôr 1,6 bilhão de reais em seu fundo de pensão para cobrir rombo", através de um acordo que vem sendo negociado na "surdina" e que "tem todos os ingredientes de um privilégio". Ao contrário do que supõe a matéria, a origem da dívida não tem nada de polêmica. Ela é resultado de valores devidos pela Caixa quando da criação da Funcef e que nunca foram pagos. Entre os fatores que a determinaram estão a constituição de reservas para quem já estava na Caixa, as mudanças no plano de cargos e salários e as reposições salariais. Não se trata, portanto, de "rombos" deixados por certas "mazelas". As mazelas existem mas são um problema à parte, sem qualquer relação com essa dívida desde sempre existente.

O valor da dívida, de R\$ 2,254 bilhões, consta do balanço de junho/2000 da Caixa, sendo contabilizado no ativo da Funcef.

A recusa da Caixa em assumir suas responsabilidades previdenciárias vem desde a criação da Funcef em 1977. Essa postura le-

vou, inclusive, o Ministério da Previdência Social a instaurar, em 1993, um regime de administração especial na fundação, que perdurou até a formalização de um instrumento de negociação da dívida da Caixa. Pelo contrário, houve dilatação do prazo para 20 anos, quando restavam apenas nove anos para a quitação.

Essa dívida já foi, inclusive, aprovada por auditoria externa e homologada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), através de sua diretoria fiscal. Mas, em setembro de 96, a Caixa suspendeu o pagamento das parcelas, gerando o débito atual de R\$ 2,254 bilhões.

O acordo entre a direção da Caixa e os dirigentes por ela nomeados para a Funcef de fato vem sendo feito na surdina. E representa uma tungada de no mínimo R\$ 14 bilhão nos participantes do fundo de pensão. Os associados foram colocados à margem das "negociações" e não têm acesso aos números. Para o movimento dos empregados da Caixa, é necessário que a discussão da dívida seja feita de forma transparente, com a presença dos participantes ativos e aposentados, para que seja avaliada a situação atuarial da Funcef, com base no perfil dos associados e seus respectivos dependentes. •



País de "futeboleros"

Fracasso nas Olimpíadas é atribuído a descaso com a preparação de base

O brasileiro não é preparado para gostar de esporte. Falta uma cultura esportiva em nosso país. A opinião é do jornalista Flávio Prado, que comanda o programa esportivo Cartão Verde, da TV Cultura. Na sua avaliação, esta é a razão maior do fracasso do Brasil nas Olimpíadas de Sydney, na Austrália.

Os fatores apontados por Prado para a falta de identificação com o mundo esportivo e para o afastamento do cidadão da prática de modalidades que não sejam o futebol estão ligados à ausência de uma preparação de base, a partir das escolas. Os cursos superiores de educação física, que formam os professores para a área, não são valorizados e carecem tanto de condições laboratoriais quanto de filosofia adequada. As aulas de educação física nas escolas - públicas e particulares - são uma mera formalidade, não criam o prazer pelo esporte e tampouco contribuem para a conscientização sobre os benefícios da prática esportiva para o desenvolvimento do aluno do ponto de vista físico e emocional. "O Brasil gosta dos atletas de projeção, que já obtiveram resultados em suas modalidades, mas não oferece as condições necessárias para o surgimento dos mesmos. Costumo dizer que somos o país de futeboleros, onde a habilidade com a bola no pé, por si só, é capaz de fazer com que garotos se projetem como jogadores profissionais".

Mas também o futebol já não é mais o mesmo. "Temos os melhores jogadores, uma torcida participante, construímos os maiores estádios, ganhamos quatro Copas do Mundo, mas a Seleção dá vexame nas Olimpíadas e sua frieza para classificar-se nas

eliminatórias para a Copa de 2002", diz o presidente da CPI da CBF-Nike na Câmara Federal, Aldo Rebelo. O parlamentar lembra ainda que o futebol nunca movimentou tantos recursos. "Hoje tudo é vendido e comprado, tudo tem patrocínio: a Seleção, o time, o jogador, a bola, a chuteira, a transmissão, o campo... No entanto, esta corrente milionária não fez o esporte melhorar. É hora de investigar se esse esporte está sofrendo uma excessiva mercantilização no Brasil".

A expectativa de Aldo Rebelo é de que a CPI não só apresente um diagnóstico das causas profundas da crise atual do futebol brasileiro, como também apresente respostas e saídas. E numa perspectiva ainda mais ampla, diz que "é preciso que a prática esportiva seja encarada além do universo profissional, em virtude do importante papel que desempenha na formação do cidadão".

Flávio Prado, que diz ter sido inicialmente um tanto cético em relação aos trabalhos da CPI, com o desenrolar das investigações assumiu uma postura mais otimista: "a CPI adotou uma linha coerente e pode realmente fazer uma boa limpeza, tanto que vem provocando reações - os cartolas e seus aliados no Congresso entraram em desespero, chegando ao ponto de tumultuarem as sessões em que são tomados os depoimentos". O jornalista acha, inclusive, que a apuração dos fatos que envolvem o futebol, mesmo não realizando uma faxina completa, pode provocar mudanças importantes, com reflexo para o esporte em geral. •



Augusto Regis

"A música, como obra humana"

Sivuca, o mago da sanfona no Brasil

Responda rápido: você, por acaso, já ouviu falar de um certo cidadão nascido na Paraíba (município de Itabaiana) e batizado sob o nome de Severino Dias de Oliveira? Uma dica: ele é um dos magos da música instrumental produzida no país e representa a expressão viva e espontânea da civilização dita brasileira. É ainda o maior sanfoneiro vivo do Brasil, mas seus dedos também sabem muito de piano, violão e pandeiro.

Sivuca é o seu pseudônimo. Ele comemorou no ano passado meio século de carreira profissional, recebendo o título de doutor honoris causa pela Universidade Federal da Paraíba. Sua estréia no mundo da música aconteceu na Rádio Clube de Pernambuco. Na época tinha 16 anos. São mais de 50 discos gravados. Sua obra é bastante conhecida nos palcos do Japão, Estados Unidos, Europa e África. Tanto que Sivuca é um dos acordeonistas mais respeitados no mundo, o único a tocar com grandes nomes do Jazz. Como músico, aliás, Sivuca percorre do forô à música erudita, passando pelo Jazz, frevo, chorinho e bossa nova. Tudo com a naturalidade de um autêntico mestre. A obra de Sivuca tem a habilidade de fazer eco preciso para o real. Ele define-se como um sujeito alegre, simples e que compreende a vida da melhor maneira possível. Para Sivuca, "a música é um canal direto com Deus". Confira nesta entrevista algumas das preciosidades ditas para **FENAE AGORA**.

FA - Como anda hoje a música instrumental no Brasil?

Sivuca - Não muito bem das pernas, como decorrência de um fenômeno mundial. No mundo todo, a música instru-

é um canal direto com Deus

mental perde ponto para a música letrada. Apesar disso, os músicos instrumentais têm coragem e continuam tocando. São os instrumentistas que fazem as músicas. Se não fosse a música instrumental, não existiria qualquer outra variante musical.

FA - Qual a razão da música instrumental não ser tão bem aceita pelo grande público?

Sivuca - A mídia tem sido um dos maiores carrascos da cultura nacional. A televisão, em particular, presta um desserviço à cultura popular. Haja vista o engodo que foi o recente Festival da Música Brasileira, produzido pela Rede Globo. Nesse caso, a impressão que fica é que o objetivo deles era desmoralizar a música brasileira. A força da mídia é tão evidente que até a Xuxa foi transformada em uma cantora.

FA - Se você pudesse fazer uma radiografia da MPB, o que você diria?

Sivuca - A MPB é um exemplo a ser seguido pelo resto do mundo. Resulta do encontro dos ingredientes africanos com a influência impressionista de Claude Debussy (1862-1918) e Maurice Ravel (1875-1937), passando ainda por influências da música portuguesa. Resulta, enfim, da influência da

própria formação racial configurada no país. Desse encontro surgiu uma concepção musical rica em harmonia, ritmo e emoção.

FA - Dos estilos musicais brasileiros, qual você classifica como mais genuíno?

Sivuca - O Brasil possui uma diversidade musical bastante interessante. Não posso dizer que o forró e o frevo não sejam genuínos, mas acho que todos esses estilos vieram do berço do chorinho, que é a manifestação jazzística do país. Considero o choro a maior expressão musical brasileira.

Atualmente, porém, a produção musical brasileira é atropelada pela globalização. Poucos hoje sabem tocar frevo como concebido por Capiba, por exemplo. Capiba foi um dos maiores compositores românticos brasileiros. Fez de tudo: frevo, rodinha, valsa etc. O frevo, po-

rém, foi o forte de toda a sua obra artística, notadamente o frevo-canção. Capiba merecia um pouco mais de atenção por parte da mídia. Mas o Brasil, nos últimos anos, vem se afirmando como o país do desperdício, até na cultura.

FA - Sivuca por Sivuca...

Sivuca - Sivuca é uma misturada de boémio com músico, um pouco de bon vivant. É, acima de tudo, alegre e simples. Compreende a vida da melhor maneira possível. É músico, nasceu da música e vai continuar músico.

Para ele, a música é um canal direto com Deus. •



Reação ao pagode padronizado

Como reza aquela velha lei da física, toda ação -provoca uma reação igual em sentido contrário. Ao abarrotar o público de pagodeiros bregas produzidos em série (incluindo o guarda-roupa padronizado dos terninhos Armani e óculos ray-ban), o mercadão saturou o consumidor. A reação saudável é uma redescoberta dos sambistas (e pagodeiros) de verdade. O mais resistente deles, Zeca Pagodinho, nunca deixou de fazer sucesso. Seu disco anterior, "Zeca Pagodinho ao vivo" vendeu 750 mil cópias, o que vem permitindo a ele aposição confortável de escolher o que (e como) gravar. No novo disco "Água da minha sede", produzido por Rildo Hora, ele candidata-se a acumular números ainda melhores. E faz isso sem ceder ao comercialismo gravando do primeiro rei do samba, Sinhô (Jura) ao mestre Elton Medeiros, que contracenava com ele na faixa A ponte. E mais Nei Lopes (Cabocla Jurema), Wilson das Neves (Os papéis, com Luis Carlos da Vila), Monarco (Nunca vi você tão triste), os veteranos do Império Serrano, Tio Hélio e Nilton Campolino, em Delegado Chico Palha, composto em 1938 ao lado de crônicas bem humoradas (Maneco teleco-teco, Vacilão, Pagodeiro fino trato) de autores menos conhecidos.

Outro que vem resistindo, numa linha quase à margem do mercado (com sucessivas trocas de gravadoras), é o partideiro (ele não gosta de ser confundido com a turma do pagode) Bezerra da Silva.

Transmitindo do outro lado da guerra civil instalada no Rio de Janeiro, gravando autores cujo pseudônimo esconde alguma forma de clandestinidade, ele nunca deixa de

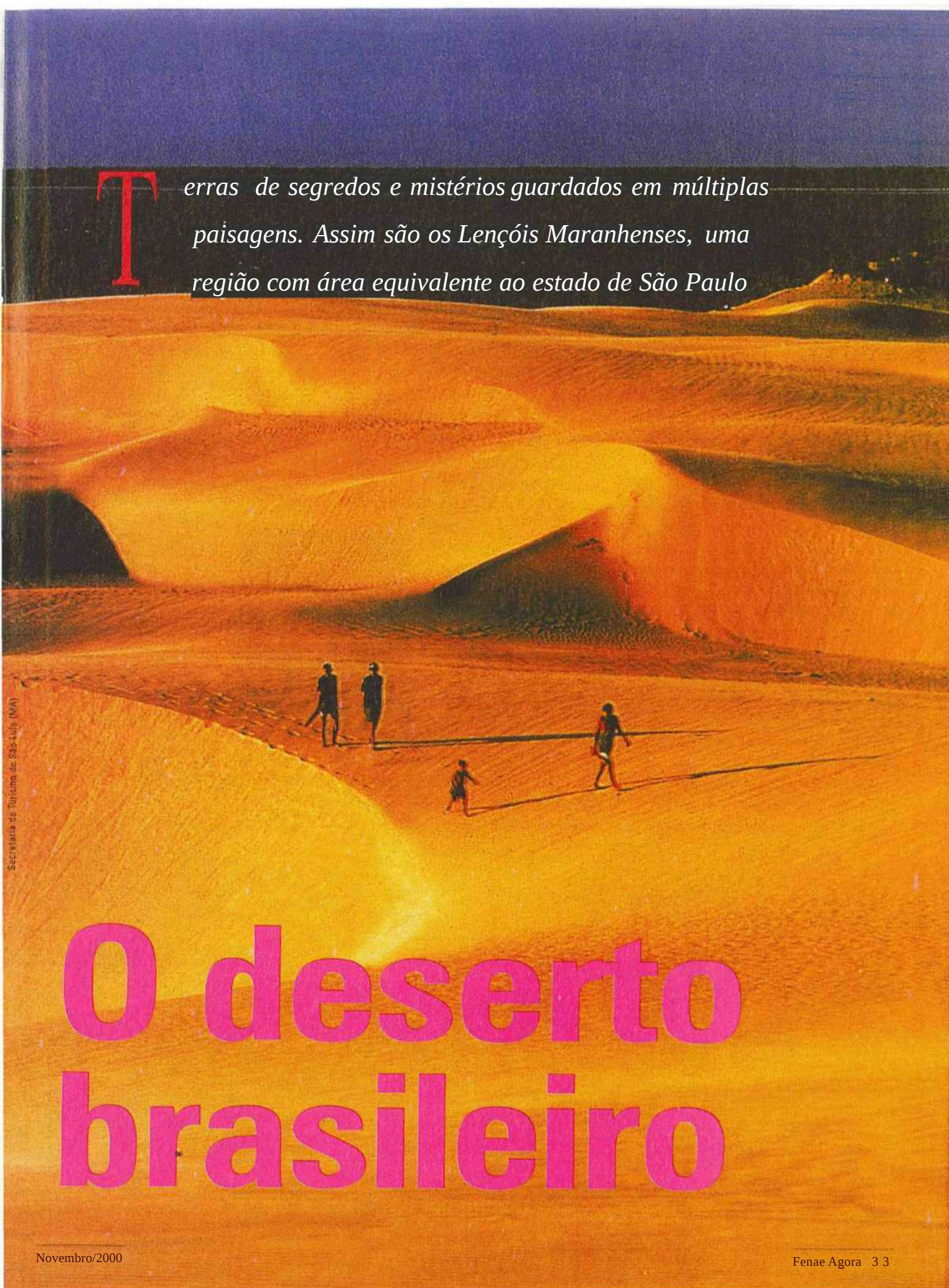


retratar esse universo de violência social com humor. Em seu novo disco, "Malandro é malandro e mane é mane" (Atração) entram Tua batata tá assando, Medo de virar galeto, Respeito às favelas, Campo minado e a impagável Tem coca aí na geladeira, cujo título diz tudo. Numa guinada temática para o público de São Paulo, Bezerra canta desde um samba enredo da escola Nenê de Vila Matilde (Zona Leste somos nós) a um recenseamento das delegacias dos bairros paulistas Os DPs de São Paulo, de um exímio autor local, Silvio Modesto. Um dos fundadores do tradicional pagode instalado no bloco Cacique de Ramos, que descoberto por Beth Carvalho no final dos anos 70 deu origem à onda pagodeira, o veterano Jorge Aragão subitamente estourou com seu disco "ao vivo", lançado pelo selo Indie. A recapitulação da carreira ajudou (Coisa de pele, Enredo do meu samba, Identidade, Do fun-

do do nosso quintal), mas foi a versão instrumental em samba da clássica Ave Maria de Gounod que puxou as vendas.

Também saíram bons discos "ao vivo" do grupo onde Aragão começou, o Fundo de Quintal (Simplicidade, BMG) e uma dupla do mesmo berço, Arlindo Cruz e Sombrinha (Indie), este com participações de Beth Carvalho, Almir Guineto e Zeca Pagodinho. O repertório mostra que o duo milita na linha de frente do samba em qualquer época. Regrava de Candeia e Wilson Moreira (Não tem veneno) ao mesmo Wilson e Nei Lopes (Só chora quem ama), além de composições próprias alterando parceiros (Bagaço da laranja, Desalinho, Fogo de saudade, É sempre assim). No disco do Fundo de Quintal também há composições de Cruz & Sombrinha (O show tem que continuar, Só pra contrariar) e uma penca de sucessos (Caciqueando, Serei teu ioiô, Parabéns pra você, Levada desse tanta) que transformaram o grupo num fenômeno de longevidade. Num departamento etário superior, louve-se a redescoberta das velhas guardas das escolas de samba. A partir de uma analogia mercadológica com o sucesso do disco/filme cubano Buena Vista Social Club, os veteranos do samba voltaram à ordem do dia. Além da Portela (Tudo azul, produzido por Marisa Monte), Mangueira (Velha Guarda da Mangueira e convidados) também o Império Serrano e o Salgueiro mostram que o melhor samba ainda é o de raiz.

Tárik de Souza,
jornalista»



Terras de segredos e mistérios guardados em múltiplas paisagens. Assim são os Lençóis Maranhenses, uma região com área equivalente ao estado de São Paulo

O deserto brasileiro

Aventure-se. Um olhar sobre um pedacinho bonito, mágico e surpreendente do Maranhão descortina um cenário de variadas feições. Um capricho da natureza, numa área de 1.500 km² localizada a 379 km de São Luís - a Ilha do Amor e capital dos azulejos, espera a sua visita. Trata-se de uma região sem similar no mundo.

Os Lençóis Maranhenses são terras de segredos e mistérios guardados em várias paisagens. Dunas sem-fim que beiram o mar, de até 80 metros de altura, movimentam-se numa área correspondente ao estado de São Paulo.

As areias da região habitam o único deserto brasileiro, uma raridade geológica que abriga desde espécies ameaçadas de extinção, como a tartaruga marinha gigante, até povos nômades que vivem da pesca nas lagoas formadas entre as majestosas "morrarias" (conjunto de dunas).

Ali a vida transcorre tranqüila, ao sabor dos ventos e das areias, moldando uma paisagem em cotidiana mutação. Nos Lençóis Maranhenses, lagoas transparentes de água doce - em vários tamanhos - emergem e desaparecem num piscar de olhos.

Na região, como um quadro pintado em tela, as pequenas dunas cobertas de vegetação rasteira aparecem ao fundo, for-

mando um longo corredor em branco, verde e azul.

A porta de entrada para esse exótico deserto brasileiro fica na cidade de Barreirinhas. De lá é possível seguir alguns roteiros. Uma das alternativas é subir o rio Preguiças em direção ao povoado de Atins, fronteira com o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Outra opção é seguir para o município de Sucuruju e se aventurar numa caminhada de pelo menos quatro horas pelas dunas dos vilarejos Queimada dos Britos e Baixada Grande. A margem do rio Preguiças, Barreirinhas oferece acomodações simples e agradáveis.

O nome Lençóis, aliás, decorre de um curioso ciclo da natureza. Tudo porque a região, na época das chuvas - de janeiro a junho, é agraciada com a formação de milhares de lagoas. Se visto do alto, o fenômeno compõe uma paisagem parecida com a de um quintal onde panos brancos ficam pendurados no varal.

Outra estação bem definida no local é a da seca, entre julho e dezembro. O índice pluviométrico é de 1.600 milímetros por ano, equivalente a pelo menos 300 vezes o índice no deserto de Saara. Mesmo com essa dife-

rença, a região dos Lençóis é definida cientificamente como deserto. Um deserto, diga-se de passagem, com água em abundância em algumas épocas do ano.

Exuberância

Seja em que an-
guio o panora-
ma for apreciado, a vegetação dos Lençóis Maranhenses é exuberante. Com o objetivo de preservar a área, sob a proteção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi criado em junho de 1981 por decreto federal. O parque ocupa uma área que vai do litoral até o sertão, entre São Luís do Ma-

ranhão e Parnaíba, no Piauí. A formação do que hoje se conhece como Lençóis resulta de uma combinação de fatores, notadamente da permanente ação dos ventos alísios do Nordeste e da maré longa e das correntes marítimas. Esse fenômeno vem ocorrendo pelo menos há 11

mil anos.

O clima na região do parque é tropical, de zona equatorial, quase semi-úmido, com quatro a cinco meses secos por ano. O trecho situado no litoral oferece quatro feições -

Vida traiiscore
tranqüila, ao
sabor dos ventos
e das areias



morfológicas distintas: costa recortada; costa baixa com manguezais penetrando pelos vales afogados; costa baixa com manguezais e numerosos canais, furos, lagoas, cordões litorâneos e ilhas; e faixa costeira baixa, coberta de dunas. O solo é formado por cascalhos, areias e argilas. Essas características fazem com que a paisagem do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses seja quase surreal e, de certa forma, inóspita.

Para quem gosta de aventura, o acesso a essa região é uma boa pedida. De carro, a partir de São Luís, são 379 km até Barreirinhas. Se a opção for ônibus, a viagem leva de oito a 10 horas. Do aeroporto de São Luís saem regularmente aviões bimotores até Barreirinhas. A visita ao parque, no entanto, pode ser feita de barco ou de carro com tração nas quatro rodas.

Ali muitas são as atrações. Do alto de um farol de 40 metros construído em 1940, localizado na foz do rio Preguiças, o visitante pode desfrutar da melhor vista do conjunto de dunas dos Lençóis Maranhenses. Uma curiosidade: o farol, que ganhou inesperada popularidade por ser um dos únicos locais a possuir luz elétrica, é rodeado por um pequeno povoado chamado Mandacaru.

Imperdível ainda é o passeio à Lagoa

Azul, a piscina de água de chuva mais famosa da região. Encantam pela beleza inusitada as lagoas Santo Amaro e Boa Esperança e o rio Negro. Os Lençóis Maranhenses possuem ainda dois rios com vegetação de mangue: o Alegre e o Preguiças.

Além da beleza para os olhos, a região dos Lençóis Maranhenses oferece a palha do buriti para um artesanato peculiar e delícias naturais para uma culinária feita à base de peixes e frutos do mar. Para fugir de queimaduras e desidratação, devido a um calor de rachar os ossos, o turista deve levar na bagagem chapéu, óculos escuros, protetor solar e camiseta de mangas compridas. A máquina fotográfica também é indispensável. A ela caberá registrar um mundo de belezas naturais onde convivem pacificamente o lazer e a aventura, a natureza e o homem e os mais diferentes ecossistemas. Um modelo perfeito para o ecoturismo.

Dunas, lagoas, rios, manguezais, igarapés, população nômade e culinária saborosa formam os mais diversos cenários dos Lençóis Maranhenses. Cada lugar da

região abriga fantasmas e lendas de um realismo fantástico. É comum ouvir histórias como a de um jipe que surge à noite sem fazer barulho algum. O automóvel

aparece sempre no mesmo lugar e acompanha silenciosamente os retirantes da região, apenas com os faróis acesos. Verdade ou fantasia, não importa. O certo é que o fantasma do jipe apareceu pela primeira vez há cerca de 20 anos, depois de um acidente fatal com dois fun-

cionários da Petrobras.

Diante de mistérios como esse, a tarefa de definir os Lençóis Maranhenses não é das mais fáceis. A diversidade ali é uma marca registrada. O patriarca do lugar, o lendário Manoel Brito, falecido subitamente aos 80 anos em julho de 1998, traduziu certo dia, de uma maneira não muito comum, o segredo incrustado naquela região: "Os Lençóis Maranhenses, um dia Deus botou aí. Fez o vento mexer com tudo e ficou assim. Parece igual, mas cada dia a areia está num lugar. Deus mexe com tudo".

Vida de quem foi esculpida pela mão da natureza é assim: movimentada. Quem se habilita a conferir esse lugarejo de oásis?•

Os Lençóis
Maranhenses
foram esculpidos
pela natureza



Nove nova

O cidadão brasileiro chega à virada do milênio demonstrando sensibilidade em relação às questões ambientais. Na opinião de representantes de entidades como o WWF (Fundo Mundial para a Natureza) e o Greenpeace, uma das mais engajadas do mundo no combate às agressões ao meio ambiente, é inegável o aumento da consciência sobre a necessidade de preservação da flora, da fauna, das águas e dos espaços urbanos.

Como indicador do nível de consciência alcançado no país, o diretor geral do Greenpeace Brasil, Roberto Kishinami, destaca as variadas formas de organização da sociedade e também o fato de as organizações não-governamentais (ONG) estarem conseguindo ser financiadas por fontes locais, vivendo um quadro de estabilidade. A seu ver,

vi

milênio, consciência

"o que alimenta os ambientalistas é o cidadão comum, com seu apoio político, com suas demonstrações de sensibilidade em relação às causas levantadas pelas ONG, inclusive participando de mobilizações e protestos".

A avaliação de que a consciência ambiental atingiu um patamar diferenciado em relação a 10 anos atrás é reforçada por Analuce Freitas, coordenadora de políticas públicas do WWF. Ela vê como fator importante desse avanço a ECO 92, Conferência Mundial do Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, cuja repercussão despertou no brasileiro maior simpatia pelos movimentos ambientalistas, gerando novas expectativas quanto à diminuição dos impactos ambientais.

Analuce destaca também a consolidação de muitas organizações não-governamentais nesse período: "É verdade que inúmeras ONG surgidas na esteira da ECO 92 já desapareceram, mas as que ficaram viveram um processo de profissionalização, passando a ter uma atuação mais efetiva e contribuindo para um maior engajamento da população". Há um dado que atesta essa queda quantitativa. Em 1990, o Fórum das ONG Ambientalistas, de preparação para a ECO 92, contou com 1200 participantes e a participação prevista para o mesmo evento, programado para acontecer entre os dias 17 e 20 de novembro deste ano, no Rio de Janeiro, era de 423 representantes de ONG. Já o ganho de qualidade pela consolidação e profissionalização das organizações ambientalistas é atribuído a resultados positivos da intervenção em diversas frentes. Um deles, citado tanto por Roberto Kishinami, do Greenpeace, como por



Analuce, do WWF, é o bloqueio às propostas da bancada ruralista no Congresso, nas discussões sobre mudanças no Código Florestal. A mobilização e a participação das entidades ambientalistas nos debates foram decisivas para impedir o retrocesso.

Educação o respaldo do cidadão às causas ambientais, observado pelos representantes das ONG, não se traduz, no entanto, em um avanço correspondente no processo de educação que leva a uma postura individual diferenciada em relação ao meio ambiente. Há ainda uma certa distância entre o cidadão apoiar uma causa

ambiental e, no seu dia-a-dia, adotar procedimentos coerentes com o "ecologicamente correto". Para Roberto Kishinami, "a educação é um processo que vai além do trabalho das organizações não-governamentais, está relacionada à maneira como as pessoas percebem o mundo, à diversidade cultural e ao Cotidiano do cidadão, e depende também de políticas públicas".

Na avaliação de Analuce, ainda há muito o que fazer em nosso país pela mudança de atitude em relação à natureza: 'A educação ambiental exige investimento, como o esporte olímpico, e se trata de uma obrigação do poder público'. •

O TRUQUE DA CARTOLA

PRÍMCIRO EU OOUXD (MA NOTA
PRETA DeNTBD DA CAKTOLA...



DEPOIS M9C0 CS P(K)ZINHCS e 0\60
ATNAWA MÁGICA...

NAI-KI!



... E PRONTO!!!

WMO UWf!!!

NAO É
INCRÍVEL?



Márcio

Nas grandes parcerias a gente descobre a força que tem.



Quando todos se unem em torno do mesmo propósito, tudo é mais rápido e eficaz. Com empresas não é diferente. As melhores e mais duradouras parcerias são aquelas que consideram sua estratégia inicial perfeitamente adaptável às necessidades do mercado. A CAIXA, a FENAE Corretora de Seguros e a CAIXA Seguros sempre somaram esforços para oferecer produtos cada vez mais ágeis e competitivos. Juntas, cuidam da comercialização e prestação de serviços especializados nos diversos segmentos de seguros, para proteção e garantia do patrimônio e vida de seus clientes. Com a mesma marca de parceria, modernidade e evolução. Da próxima vez que for escolher uma empresa de seguros, reforce a sua escolha: fique com três.

FENAE CAIXA SEGUROS

CORRETORA DE SEGUROS



FÉRIAS VIVAS

Sua viagem na melhor companhia

Pacote de Férias

Formas de pagamento
5X sem juros

Florianópolis

Hotel Dimas Park

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	761,00
Brasília	838,00
Curitiba	504,00
Goiânia	823,00
Porto Alegre	550,00
Rio de Janeiro	723,00
Salvador	1.017,00
São Paulo	620,00
Recife	1.133,00

Fortaleza

Hotel Magna Praia

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	1.077,00
Brasília	976,00
Curitiba	1.188,00
Goiânia	1.020,00
Porto Alegre	1.270,00
Rio de Janeiro	1.114,00
Salvador	916,00
São Paulo	1.130,00
Recife	734/XJ

Ilhéus

Hotel Praia Sol

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	810,00
Brasília	947,00
Curitiba	947,00
Goiânia	994,00
Porto Alegre	1.154,00
Rio de Janeiro	866,00
Salvador	644,00
São Paulo	964,00
Recife	575,00

Maceió

Hotel Costamar

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	962,00
Brasília	941,00
Curitiba	1.112,00
Goiânia	973,00
Porto Alegre	1.208,00
Rio de Janeiro	985,00
Salvador	1.688,00
São Paulo	1.049,00
Recife	575,00

Natal

Hotel Natal Mar

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	958,00
Brasília	963,00
Curitiba	1.096,00
Goiânia	983,00
Porto Alegre	1.180,00
Rio de Janeiro	977,00
Salvador	734,00
São Paulo	1.049,00
Recife	575,00

Porto Seguro

Hotel Porto Firme

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	628,00
Brasília	835,00
Curitiba	836,00
Goiânia	872,00
Porto Alegre	941,00
Rio de Janeiro	835,00
Salvador	563,00
São Paulo	837,00
Recife	773,00

Recife

Hotel Recife Praia

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	890,00
Brasília	874,00
Curitiba	1.033,00
Goiânia	917,00
Porto Alegre	1.120,00
Rio de Janeiro	910,00
Salvador	636,00
São Paulo	973,00

Rio de Janeiro

Hotel Debret

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	589,00
Brasília	755,00
Curitiba	702,00
Goiânia	799,00
Porto Alegre	825,00
Recife	1.007,00
Salvador	856,00
São Paulo	591,00^

Os pacotes incluem

- Passagem ida/volta voando Vasp
- 07 noites de hospedagem com café
- Translados aeroporto/hotel/aeroporto+city
- Seguro de viagem+bolsa
- Preço por pessoa em apto DBL, válidos para saídas 11/12/00 à 31/01/01
- Reveillon e Carnaval, sujeito a reajustes sem prévio aviso e disponibilidade.